



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 04/17
2017-04-20

ATA Nº 04/17

2ª Sessão Ordinária

20 de abril de 2017

--- Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e dezassete, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 2ª Sessão Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. a) Expediente e informações. -----
- b) Apreciar e votar: - Ata nº 02/17 referente à 2ª Sessão Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2017; e Ata nº 03/17 referente à 1ª Sessão Ordinária realizada em 20 de fevereiro de 2017.-----
- 2. Eleição do segundo secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Sintra. – Proposta nº 1/AMS/2017.-----
- 3. Apreciar e votar a proposta referente aos documentos de prestação de contas do Município de Sintra referentes ao ano de 2016, nos termos da respetiva proposta. – Proposta nº 248-P/2017.-----
- 4. Apreciar e votar a proposta referente aos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2016 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS), nos termos da respetiva proposta. – Proposta nº 250-P/2017-----
- 5. Apreciar e votar a proposta referente aos documentos de prestação de contas consolidados do Município de Sintra referentes ao ano de 2016, nos termos da respetiva proposta. – Proposta nº 249-P/2017-----
- 6. Tomar conhecimento dos documentos de prestação de contas, nos termos das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 25º do RJAL, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro:-----
- a) EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EEM, S.A., referentes exercício de 2016. – Proposta nº 251-P/2017.-----
- b) EDUCA - EEM (sociedade em liquidação), referentes ao exercício económico de 2016. - Proposta nº 252-P/2017. -----
- 7. Tomar conhecimento do Relatório de Auditoria n.º 1396/2015 da IGF (e respetivos anexos) referente ao quinquénio de 2009-2013, nos termos da respetiva proposta. – Proposta nº 272-P/2017. -
- 8. Tomar conhecimento do relatório anual das Comissões nos termos do artigo 71º do Regimento da Assembleia Municipal. – Proposta nº 2/AMS/2017.-----

--- Presentes, dos Membros da **Mesa**, o Deputado Domingos Linhares Quintas, Presidente da Assembleia; e as Deputadas Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês e Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães, respetivamente, 1ª e 2ª Secretárias.-----

.../...

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: Sara Mariano Godinho; Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto; José Miguel Portelinha Vaz; Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; João José Meira Coelho; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Ramiro da Silva Ramos e Maria Helena Correia Pissaro Cardoso.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal SINTRENSES COM MARCO ALMEIDA – **SCMA**: António d'Orey Capucho; António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia; Francisco Hermínio Pires dos Santos; Maria Antónia Figueiredo Nicolau Miranda Cerca; José Alberto dos Santos Carvalho; Domingos Manuel Miguel Rodrigues; Ana Paula Pereira Amôr de Moura Catarino; Rui Jorge Santos Anunciação e Basílio Jorge Martins.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Hernâni Manuel Marques Carvalho; Ana Isabel Pais Pacheco Valente; Rui Miguel Magalhães Castelhana e Rita Susana Mendonça de Barros Vasconcelos.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: António Filipe Gaião Rodrigues; Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro; Rogério Duarte Cassona; Mário Filipe Ilhéu Condessa e Teresa Marina de Lemos Ricardo.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: João Elviro Matilde da Silva e Maria Helena de Lemos de Oliveira e Carmo.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal do CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Luís Manuel Ferreira Fernandes.-----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Válder Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Fernanda Maria Silva dos Santos Anunciação – Casal de Cambra; Rui Franco dos Santos – Colares; Bruno Alexandre Nobre Parreira – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; Paulo Adrego – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; Pedro Alexandre de Oliveira Brás – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra de Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Domingos Bicho Chiolas – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; Eduardo Duarte Casinhas – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira, Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, Eduardo Jorge Glória Quinta Nova, Maria Paula Gomes Pinto Simões, **José Pedro Dias** e Cunha **Matias** da Silva, Carlos Parreiras Fernandes e Márcia Cristina Fernandes Chiolas.-----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de 43 deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA:**-----

--- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTA:**-----

--- Justificação de falta à sessão de 13 de fevereiro 2017 – António Filipe Gaião Rodrigues.-----

--- Justificação de falta às sessões de 13 e 20 de fevereiro 2017 – Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.---

--- **PARA CONHECIMENTO:**-----

--- A Presidente da União das Freguesias de Cacém e São Marcos far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. Paulo Adrego.-----

--- O Presidente da União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. Domingos Bicho Chiolas.-----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas do Grupo Político Municipal "Sintrenses com Marco Almeida" - SCMA, para a presente Sessão, pelo Deputado Basílio Jorge Martins.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Diogo da Rocha Geraldês do Grupo Político Municipal do Partido Social Democrata – PPD/PSD para a presente Sessão, pela Deputada Rita Susana Mendonça de Barros Vasconcelos.-----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Inês Regina Moreira Antunes do Grupo Político Municipal da Coligação Democrática Unitária - CDU, para a presente Sessão, pela Deputada Teresa Marina de Lemos Ricardo dado que os Deputados Diana Simões e Miguel Brás Lourenço Carretas que a antecedem na lista, solicitaram igualmente substituição.-----

--- Pedido de substituição da Deputado Municipal António Luís Lopes, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista - PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Filipe Dias Barroso, dado que a Deputada Carmen Alvarez, que o antecede na lista, solicitou igualmente substituição.-----

--- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

--- A munícipe **Emília Almeida**, da Escola Profissional de Defesa do Património, referiu: Venho em representação da Escola do Património, para falar de um assunto que nos afetou diretamente em relação a atos de vandalismo junto à Escola. Fui aluna desta Escola e já dou aulas há 24 anos. Somos uma escola da Câmara Municipal de Sintra que tem alunos de vários concelhos. Neste momento, os alunos foram acusados de fazer algum vandalismo nas paragens de autocarro e em portas de casas particulares. Eu, como professora nesta Escola, entendo que, se foram os alunos da Escola, temos que os responsabilizar. Mas gostávamos de provas, gostávamos que nos dissessem quem são, porque se o fazem à vista de todos pensamos que podem ser facilmente identificados. Portanto, gostaríamos que a população da zona de Odrinhas nos ajudasse a identificar os alunos de que falamos para também nós os responsabilizarmos, porque dentro da Escola não danificam as coisas. Convido-vos a visitar a Escola e a verificar que está em perfeitas condições, que não há vandalismo. Eu pertenci à Associação de Pais, na Escola Secundária de Santa Maria, e tínhamos vários problemas com as casas de banho, com os puxadores das portas, e nesta Escola não se passa isso. Nós, como professores e como Direção da Escola, tudo faremos para que nenhum dos alunos faça distúrbios em via pública e tentamos dar-lhes o máximo de conhecimento de ética dentro das aulas para não provocarem vandalismo fora ou dentro da Escola. Mas, para podermos melhorar toda esta situação, gostávamos que nos ajudassem, que o Senhor Presidente da União de Freguesias, que o denunciou, pudesse conversar connosco dentro da Escola e, em conjunto, chamarmos a atenção dos alunos para que se resolvesse este problema.-----

--- A munícipe **Maria Jones**, da Escola Profissional de Defesa do Património, referiu: Sou aluna da Escola do Património, estou no 3º ano, e venho em representação dos meus colegas para falar, em nome de todos, do sentimento de injustiça que sentimos quando todos os alunos da comunidade escolar foram acusados de práticas de vandalismo. Isto foi anunciado numa rede social que teve várias partilhas e, inclusive, houve ameaças físicas aos alunos. Gostávamos de ter provas porque a aldeia tem outros

habitantes. Se alguém fez isso nós lamentamos, mas não podem acusar uma Escola por uma ação de uma pessoa. Nós somos contra essas ações e damo-nos bem com a comunidade, pessoas maioritariamente idosas que passam por nós todos os dias e dão-nos os bons dias. Os *graffitis*, que o Senhor Presidente denunciou, já estão lá há mais de 3 anos. Todos os alunos sentiram injustiça, os pais também ficaram preocupados e um pouco revoltados porque, para afirmar uma coisa destas, deve haver uma prova. E se realmente aconteceu, e se foi algum aluno da Escola, não pode ser um todo a ser denunciado como “vândalos”, que foi o que nos chamaram. Esta Escola cuida do Património aqui, em Sintra, há mais de 20 anos. Inclusivamente, esta sala foi restaurada por nós. Sempre tivemos boa reputação no meio da Conservação e Restauro, e até já fomos reconhecidos internacionalmente. São professores e alunos que trabalham em conjunto há muitos anos. Fomos nós que restauramos o Palácio da Pena, o Palácio de Monserrate e o Palácio de Queluz. Acho que não podemos pagar todos por uma acusação grave que se fez. Eu sei que, caso a Escola tivesse conhecimento de quem tinha sido, e se fosse mesmo um aluno, tomaria as diligências necessárias. Posso também afirmar - visto e documentado pelos alunos - que este ano, na Festa de Odrinhas, que foi num fim de semana, na segunda-feira seguinte o chão estava completamente cheio de lixo, garrafas e copos de cerveja que ficaram lá durante algumas semanas. E não fomos nós que o fizemos.-----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação as seguintes moções:-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal do **CDS/PP**, intitulada “Abate de Árvores na Serra de Sintra” (**doc. nº 1**).-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal do **BE**, intitulada “Corte de árvores no Parque Natural Sintra Cascais” (**doc. nº 2**).-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal da **CDU**, intitulada “Abate de Árvores na Serra de Sintra” (**doc. nº 3**).-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal da **CDU**, intitulada “Pela construção de um Hospital Público no concelho de Sintra e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde” (**doc. nº 4**).-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal da **CDU**, intitulada “Sobre a Transferência de Competências” (**doc. nº 5**).-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal da **CDU**, intitulada “Não à discriminação entre utentes na Área Metropolitana de Lisboa” (**doc. nº 6**).-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal da **CDU**, intitulada “Sobre a Linha Ferroviária do Oeste” (**doc. nº 7**).-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal do **CDS/PP**, intitulada “Políticas Dedicadas às Pessoas com Deficiência” (**doc. nº 8**).-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal do **PSD**, intitulada “Democracia e Liberdade” (**doc. nº 9**).-----

--- **Moção**, subscrita pelo Grupo Político Municipal do **PS**, intitulada “Pelo 25 de Abril de 1974” (**doc. nº 10**).-----

--- O **Líder do Grupo SCMA, Deputado António d'Orey Capucho**, referiu: Senhor Presidente, sem prejuízo de concordar com a sua metodologia, permita-me um requerimento verbal no seguinte sentido: em relação à moção do Hospital, requeiro a baixa à Comissão até o estudo da Comissão nomeada para o

.../...

efeito ser entregue a esta Assembleia. Em relação às 3 moções sobre as árvores, estando prevista uma audição de um representante do ICNF, requeiro a baixa à Comissão até ser ouvido este alto funcionário; em relação à Linha do Oeste, requeiro a baixa à Comissão porque não faço a mínima ideia o que é a automotora 542, que foi suprimida; e em relação à transferência de competências, requeiro a votação separada dos vários números, a não ser que o Partido Comunista retire o número 2, em que apela à regionalização. Relativamente aos outros 3 pontos não temos problema.-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro**, num ponto de ordem à Mesa, referiu: Eu não percebi a justificação para baixar à Comissão porque não depende desta Assembleia. Há a necessidade da construção de um Hospital público, seja ele de que natureza for. Portanto, não consegui perceber o efeito de baixar à Comissão uma moção que está a ser votada e que não implica com a apresentação, ou não, de um relatório.-----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, num ponto de ordem à Mesa, referiu: Em relação às moções sobre o abate de árvores, faço um ponto de ordem porque as várias moções têm pontos que não são iguais, e alguns até se complementam. Portanto, acho que não faz sentido, até porque, entretanto, a Comissão já se pronunciou, e também há outras entidades que têm que ser chamadas, pelo que não concordo que baixe à Comissão.-----

--- Após votação, foi deliberado baixar à Comissão: Moção subscrita pelo Grupo Político Municipal do CDS/PP intitulada “Abate de Árvores na Serra de Sintra”; Moção subscrita pelo Grupo Político Municipal do BE intitulada “Corte de árvores no Parque Natural Sintra Cascais”; Moção subscrita pelo Grupo Político Municipal da CDU intitulada “Abate de Árvores na Serra de Sintra”; Moção subscrita pelo Grupo Político Municipal da CDU intitulada “Pela construção de um Hospital Público no concelho de Sintra e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde”.-----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona**, da **CDU**, referiu: Eu não vou falar da moção “Abate de Árvores na Serra de Sintra” porque ela foi retirada. Mas, quanto à matéria de facto, tenho que falar, sobretudo quanto aos desenvolvimentos mais recentes, porque não é possível remetermo-nos ao silêncio dada a preocupação que nos suscita a posição do ICNF. Aliás, eu creio que as tomadas de posição do ICNF são tão caricatas que se algum mérito têm tido é o de sintonizar os partidos políticos dos mais diversos quadrantes. Não todos, ao que parece, mas a grande maioria, numa contestação uníssona contra aquilo que nós consideramos configurar o inequívoco e grave atentado ambiental ao nosso património cultural. De facto, dada a facilidade com que são desmontados os diversos argumentos invocados pelo ICNF para o abate previsto, esses argumentos têm sido sucessivamente revistos, sendo que a última versão apresentada pelo Senhor Presidente do ICNF, na audição parlamentar suscitada pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, aponta como principais razões - e digo principais porque, ainda que caricatas, se mantêm, por exemplo, razões de segurança rodoviária ou razões de índole fitossanitária -, questões de cumprimento legal na defesa da floresta contra incêndios que, segundo o Senhor Presidente do ICNF, impõe uma faixa de proteção de 50 metros ao longo da Estrada Nacional nº 9-1. E ainda de cumprimento dos planos municipais de defesa da floresta dos municípios de Sintra e de Cascais. E diz-nos o Senhor Presidente do ICNF que em rigor, para cumprimento da legislação, teriam que ser abatidas mais de 5 mil árvores. É mesmo caso para dizer que sem floresta, de facto, nós não teríamos risco de incêndio na Serra de Sintra. Estas são, de facto, declarações graves e que adensam, naturalmente, a nossa preocupação

.../...

porque este património, que é a nossa Serra de Sintra, corre um risco sério e iminente de sofrer uma violenta agressão se não forem acionados mecanismos que impeçam este atentado ambiental e paisagístico, porque é isto que se perspetiva na nossa opinião. Portanto, o apelo que constava da nossa moção, e há de constar quando ela puder ser aqui apresentada, ia no sentido de diligenciar para se suspender a intervenção prevista que assume, de facto, uma cada vez maior pertinência. Eu acho que, neste momento, até se devia convocar a floresta para audição antes de se avançar com a sua mutilação. Portanto, reforçando esta ideia, fica aqui o apelo à Câmara Municipal, ainda que sem moção, para que envide todos os esforços no sentido de se fazer suspender esta iniciativa do ICNF.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Sobre o abate de árvores, queria explicar o seguinte: assim que tivemos conhecimento, falámos com o Senhor Ministro da Agricultura, que é o ministro que tem a tutela para este efeito, e ficou combinado que o senhor vice-Presidente do ICNF viria a Sintra, e foi quando nos explicou a posição do ICNF com o que nós discordamos completamente. Na nossa opinião e pela nossa análise, as árvores que estavam em causa não correspondiam àquilo que ele dizia, que as árvores eram abatidas porque estavam podres, porque punham em causa a segurança das pessoas, porque prejudicavam o combate aos incêndios. Nós dissemos que só podiam ser cortadas as árvores que estivessem claramente podres e que nós identificássemos, ou seja, que o ordenamento florestal não fosse de todo prejudicado porque a Serra de Sintra não pode ser vista, em condição nenhuma, como uma floresta para rendimento. A nossa floresta é Património da Humanidade, um bem irrepetível e, portanto, tem que ser sempre vista na perspetiva da cultura e do património histórico e não no património de rentabilidade. Foram indicados dois especialistas florestais da Câmara para trabalharem em conjunto com a ICNF e nenhuma árvore poderá ser abatida sem o nosso acordo. A informação que temos agora é que são muito poucas as árvores, mesmo muito poucas, em condições de serem abatidas.-----

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Venho aqui ler a moção que apresentámos para o 25 de Abril e também falar do abate das árvores. “O mês de Abril de 1974 trouxe-nos no dia 25 a liberdade. Liberdade de escolhermos o nosso destino enquanto povo. Após um período atribulado, o povo português escolheu a Democracia, o Progresso, a Modernidade. O nosso caminho enquanto povo, no pós 25 de Abril de 1974, foi sempre enformado e enquadrado nestes princípios e nos valores humanistas de solidariedade e de responsabilidade. À medida que o caminho foi avançando, mais se concretizava a nossa Liberdade e a nossa Democracia. Com a adesão à então CEE, Portugal afirmou-se na Europa e no Mundo, como um País aberto, recuperando a sua vocação de sempre que o tornou Nação, de quando dava Mundos ao Mundo. E afirmou-se na Europa, sem perder a sua ligação aos novos países em que se tornaram as ex-colónias, irmanados na CPLP. Portugal deu essas lições ao Mundo, deu testemunho que, apesar das dificuldades, é possível criar laços entre os povos, é possível ser solidário e amigo. Esses testemunhos foram possíveis porque os portugueses sempre souberam fazer as suas escolhas. Vivemos, atualmente, tempos difíceis, tempos em que as escolhas são cada vez mais determinantes. Assistimos a derivas populistas em países de democracias sólidas, derivas perigosas em que tentam vender sonhos a preço de “pataco”. Assistimos a escaladas de guerra que geram morte, fome, miséria e fuga. Não podemos ficar indiferentes a este cenário. E neste nosso mês de Abril, a bancada do PSD em Sintra entende que devemos afirmar os valores do nosso Abril, devemos afirmar a nossa escolha pela Democracia, pela Liberdade, pela Solidariedade e pela Responsabilidade pondo no centro as Pessoas, pois é por elas e para elas que todo o esforço vale a pena.” Quanto às outras moções o PSD vai

votar a favor a moção do PS “Pelo 25 de Abril de 1974”. Relativamente ao abate das árvores, muito embora estas 3 moções tenham descido à Comissão respetiva, não queria deixar de manifestar em nome do PSD a nossa preocupação pela quase decisão do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta que, um bocado indiscriminadamente, catalogou 1350 árvores como estando doentes ou em risco de provocar problemas de segurança na estrada, sem primeiro ter falado com a Câmara - embora saibamos que a tutela pertence ao Instituto -, e sem explicar realmente qual é a razão, porque quando foi à Assembleia da República, na Comissão Parlamentar, o próprio Presidente acabou por dizer que era uma questão de combate a incêndios. Enfim, se se abaterem todas as árvores é provável que não haja incêndios. Nós manifestamos a nossa preocupação, e quando as moções vierem à Assembleia votaremos a favor de todas elas.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para dar uma rápida informação, fazem-se estas marcações e o processo está suspenso. Neste momento não há efetivamente nenhuma decisão sobre esta matéria.-----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz**, do **PS**, referiu: Não é o abate de árvores apenas e só o que está em causa, o que só por si já é algo preocupante, mas o que está por trás disso. A completa desorientação do ICNF, a afirmação num sentimento de arrogância em relação aos eleitos locais. Eu lembro-me quando Sintra foi considerada Paisagem Natural e depois quando transitou de Paisagem Natural para Parque Natural Sintra Cascais. E porque é que transita de *Paisagem Natural* para Parque Natural Sintra Cascais? Porque deixa de estar sob a alçada dos autarcas. Ou seja, em 1992, o grande medo do Governo central era que os autarcas (que são uns malandros, umas pessoas inconfiáveis) fizessem muitas asneiras. Alguns fariam, a grande maioria não faria de certeza. O que é assustador é que se mantem, talvez até pior agora, é a minha leitura, o espírito da coisa. Ou seja, aqueles senhores que não são sujeitos a sufrágio, que estão lá nos gabinetes, que vivem dentro de um determinado pensamento, vêm montados nos seus cavalos com rodas, chegam ao território e marcam esta e aquela e a outra e não falam com ninguém. Não se reúnem previamente com os representantes das populações, com aqueles que vivem no local e que se importam com a Serra, com aqueles que pagam aos Bombeiros, botas, carros e subsídios para que eles possam acudir aos fogos do território. Havia o Parque Natural, que entretanto foi absorvido por um órgão central porque nem para fotocópias tinha dinheiro. E se calhar, o que acabei de referir justifica ainda mais a leitura da moção do 25 de Abril que a seguir vou ler. “25 de Abril de 1974, pela madrugada se iniciou o dia de referência na mudança das vontades de um povo. Pela voz de um cantor, cantando o poeta num hino de liberdade, foi dado o sinal do início do movimento de capitães que visava terminar uma guerra com mais de 15 anos, guerra que limitava o futuro de Portugal e sangrava todo um povo. Era o sinal da mudança dos tempos. Vivía-se a crença do fim dos impérios. Pela iniciativa dos homens e mulheres em armas se descobria e afirmava o sonho e a esperança de liberdade. Com a queda do Império, iniciava-se o processo de descolonização menos sangrento de todos os anteriores conhecidos e afirmava-se um outro de integração também único e exemplar nunca antes vivido dessa forma em todo o mundo. Cai o velho regime, um novo iniciava o seu percurso, titubeante, inseguro mas com fins bem determinados. Conquistar a liberdade e devolver a todos os Portugueses e Portuguesas os princípios da 1ª República. Afirmar os deveres do Estado perante os cidadãos e cidadãs zelando pelo seu cumprimento. Para que estes desígnios fossem cumpridos foi criado um movimento que visava devolver a todos os Portugueses e Portuguesas o direito de decidir sobre o futuro do seu País e de si mesmos. No momento que consideraram, os militares cumprindo o que tinham prometido, entregaram aos

.../...

representantes políticos o exercício do poder democrático. Criou-se uma nova Constituição. Foi instituído o direito universal de voto a homens e mulheres, colocando as mulheres no patamar de humanidade e dignidade que lhes tinha sido negado até então. Concretizaram-se as primeiras eleições livres em Portugal. A Assembleia da República passou a ser a grande casa da democracia e o espaço central, nacional, do debate democrático. As autarquias locais passaram a ter uma representatividade e uma capacidade interventiva no território totalmente nova tornando-se o espaço de afirmação de cidadania e democracia junto das populações locais. Os grandes objetivos de construção do Estado democrático começaram a ser cumpridos tais como: responsabilizar o Estado pela formação/educação dos jovens passando a sua formação de base de 4 anos para uma escolaridade obrigatória progressivamente mais alargada, (atualmente é de 12 anos triplicando o tempo de formação básica dos jovens). Erradicar o trabalho infantil. Responsabilizar o Estado pelo direito universal de todos os Portugueses a um Serviço Nacional de Saúde. Diminuir o elevado número de mortalidade infantil, (hoje um dos mais baixos da Europa). Reorganizar o apoio social alterando o conceito de previdência para o de segurança social, criando o serviço público de segurança social. Fomentar o associativismo, desenvolver estruturas facilitadoras da mobilidade e comunicação. Enfim, em traços gerais, foram lançadas as bases de reconstrução de um País com 8 séculos de história, que deu novos mundos ao mundo tornando-o mais igualitário, democrático, com capacidade de sobrevivência e desenvolvimento no novo quadro de entendimento geopolítico de domínio do mundo. Reorientamos os nossos desígnios para uma integração na Europa, continente originário das nossas raízes culturais e civilizacionais. Estas são curtas referências a questões fundamentais iniciadas nesse dia que temos o dever de relembrar afirmando a imparidade desse momento único que foi o dia 25 de Abril de 1975. Como escrevia Sophia de Mello Breyner Andresen - Depois do 25 de Abril de 1974 “Meu canto se renova e recomeço a busca de um país liberto, de uma vida limpa e de um tempo justo”. Pela afirmação dos valores da liberdade e da dignidade humana que o 25 de Abril de 1974 representa, o grupo político do Partido Socialista evoca esta data maior da nossa História, desejando, igualmente, saudar todos os trabalhadores do Concelho que celebrarão no próximo dia 1 de Maio mais um dia do Trabalhador”.

--- O Líder do Grupo SCMA, Deputado António d'Orey Capucho, referiu: Eu não ia falar sobre o tema das florestas mas aproveito para esclarecer o senhor Deputado Miguel Portelinha porque o problema do Parque Natural não é exatamente como o senhor Deputado disse. Sei do que estou a falar porque fui Ministro do Ambiente, depois fui Presidente de Câmara e a questão é a seguinte: durante o Governo do Eng.º José Sócrates, o Ministro do Ambiente, Nunes Correia, extinguiu a presença dos presidentes de câmara nas direções dos parques. O Parque Natural de Sintra Cascais tinha a presença, quer do Presidente de uma Câmara quer de outra, alternadamente, consoante os *dossiers*, respeitavam a uma e a outra, altura em que éramos inteirados e podíamos intervir a propósito de tudo o que se passava no Parque. Fomos “corridos” e passaram-nos para uma espécie de um conselho consultivo supostamente a reunir de 3 em 3 meses. Eu expliquei ao Dr. Nunes Correia que, agora, ocupa funções relevantes no município de Sintra, que não era consultor de altos funcionários da administração pública e recusei esse lugar. Portanto, tudo o que se passar agora deixa de ter a possibilidade de o Doutor Basílio Horta, ou alguém em seu nome que tenha o pelouro do ambiente, possa acompanhar os assuntos que respeitam ao Parque Natural. E isso permite o que está a acontecer na Lagoa Azul. Também quero dizer que não estão em causa apenas trinta árvores porque só infestantes devem ser centenas, mas essas, todos estão de acordo que se devem abater. Mas ainda bem que foi conseguida a suspensão, até para podermos ouvir o que diz o senhor alto representante do Estado, para que a Comissão possa propor a esta Assembleia uma

decisão mais atualizada sobre esta matéria.-----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz**, do **PS**, referiu: o senhor Deputado António Capucho talvez não se recorde mas fizemos ambos parte do Conselho Consultivo do Parque Natural Sintra Cascais quando eu era Presidente de Junta de Freguesia de São João das Lampas. Depois, houve um projeto para retirar os presidentes de junta até ficar só um. Portanto, eu sei bem esse percurso mas acho que não é este o momento de falarmos nisso.-----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: Enquadrando-me com o tema das moções aqui apresentadas sobre o 25 de Abril, com as quais estamos genericamente de acordo, não deixo de sublinhar que é exatamente um sinal que a democracia em Portugal, no que concerne à ligação entre o poder local e o poder da administração central, não funciona, nalguns casos até regrediu. Na intervenção do senhor Deputado António Capucho, verifica-se que, se antigamente os Presidentes de Câmara estavam inseridos no contexto da discussão destes temas, agora deixam de estar. Portanto, é um sinal de que, no âmbito da democracia conquistada, há ainda alguma coisa a fazer. E nessa sequência, relativamente a este abate de árvores, há algo que ou não ouvi, ou foi dito na rama, mas que agora vou salientar. A gestão da Serra de Sintra, no que diz respeito às espécies que existem em termos de fauna e flora, têm sido discutidas e são pontos de preocupação de algumas Associações, que eu acho que também é importante ouvir. E ao ser ouvida a Associação Cultural Alagares, a Associação de Defesa do Património de Sintra, assim como a Parques de Sintra Monte da Lua, estamos a abranger todo um universo de gestão da Serra que é importante que seja equacionado. A prevenção é fundamental e, portanto, é importante ouvi-los - e estava a esquecer a Associação dos Proprietários das Quintas da Serra - porque eles têm uma opinião concreta sobre os meios que devem ser usados, assim como na prevenção de algo que é inconcebível que é a atitude prepotente do Instituto de Conservação da Floresta de aliviar não o abate de 1380 árvores mas de 5 mil árvores. Já agora abatam-nas todas e ficamos com a Serra "careca". Curiosamente, este Governo aprovou há bem pouco tempo um diploma, no âmbito da sua reforma florestal, no qual prevê a atribuição aos municípios de potências para a produção de energia a partir de centrais de biomassa florestal residual com preços apoiados. Portanto, curiosamente, até nisto esse senhor se esqueceu que há algo que tem que ser equacionado com os Presidentes de Câmaras situada dentro da área da Serra para, de acordo com um diploma que este Governo aprovou, poderem daí tirar proveitos.-----

--- A **Deputada Maria Helena de Lemos de Oliveira e Carmo**, do **BE**, referiu: Eu estou bastante surpreendida com a aprovação deste requerimento que isenta os deputados e deputadas da Assembleia Municipal de tomarem uma posição clara e votada sobre uma situação que foi denunciada publicamente, que teve impacto, que até levou o senhor Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas a uma audição na Assembleia da República. Eu creio que esta Assembleia, exercendo as suas funções, não devia deixar para mais tarde, para daqui a alguns meses, depois de ouvir as Associações que está previsto serem ouvidas em Comissão, depois de o senhor Presidente do tal instituto se dignar, ou não, vir à dita Comissão, e depois de, eventualmente, continuarem a marcar árvores até chegar às 5 mil, pronunciar-se. Suspenso não quer dizer anulado e o exercício do poder político desta Assembleia determina, também, que haja uma atitude antes que a decisão seja definitiva e antes que as árvores comecem a cair. Era assim que o Bloco de Esquerda via a questão, por isso estamos contra o requerimento e, já agora, lateralmente, dizer que fico bastante admirada com esta inovação de

.../...

requerimentos que inviabilizam moções das forças políticas. É mais uma das novidades desta democracia pujante que celebramos hoje, no 25 de Abril. Podemos votar a favor ou contra moções, mas recusar simplesmente que elas sejam discutidas e votadas é mais uma surpresa que hoje levo para casa. Para o Bloco de Esquerda a atitude política era de uma posição que, aliás, o Senhor Presidente tem referido em muitas outras situações, ainda há pouco tempo o referiu relativamente ao hospital, por exemplo, porque é que as forças políticas não apoiavam a ideia. Porque é que o Partido Socialista, porque é que os Sintrenses com Marco Almeida não querem, não acharam interessante, não lhes pareceu importante que a Assembleia Municipal reforçasse a recusa de prepotência por parte do senhor presidente do tal instituto antes que seja tarde, antes que as árvores comecem a cair e antes que a suspensão deixe de acontecer e que nós sejamos mais uma vez surpreendidos e chamados à atenção pelas Associações ambientalistas e pelos pequenos partidos que, apesar de tudo, vão estando atentos aos crimes que se cometem à sombra de um poder que, efetivamente, não é convenientemente vigiado e que não se explica convenientemente nas suas decisões, que pode ser completamente arbitrário e pode perfeitamente fazer o que lhe apetece sem sequer ter que se explicar aos executivos municipais da área geográfica onde exercem o seu poder.--

--- **O Líder da CDU, Deputado Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro**, referiu: Senhora Deputada Helena Carmo, eu aprendi a não me surpreender e, muitas vezes, quando venho para esta Assembleia, lembro-me de uma frase de uma obra de José Gomes Ferreira - "Aventuras de João Sem Medo" - que, quando chega à beira da floresta, vê no muro "Proibida a entrada a quem não andar espantado de existir". E eu muitas vezes sinto-me espantado. Já não me surpreende até onde é possível chegar para não discutir, para não nos vincularmos com decisões em matérias que dizem respeito aos sintrenses, como é o caso do abate de árvores. Não o direi melhor do que a Senhora Deputada e o meu camarada Rogério Cassona do Partido Ecologista "Os Verdes".-----

--- Em relação ao Hospital, muito me surpreende que o Partido Socialista e o Grupo Político Sintrenses com Marco Almeida não queiram discutir o assunto, porque querem discutir a questão do Hospital em todo o lado mas não o querem discutir numa moção na Assembleia Municipal que reivindica um Hospital Público para o concelho de Sintra, que é uma absoluta necessidade. Nesta moção nós nem nos referimos à matéria que deveria estar em discussão nesta Assembleia, sobre o tal protocolo que seria apresentado, como foi dito pelo Presidente da Câmara, entre outros intervenientes, relativamente às tais dezenas de valências que iria ter o Pólo Hospitalar, aos pisos que iriam ser construídos (já não era um mas dois, já não eram 60 camas, eram 120), mas o protocolo ainda não foi facultado a esta Assembleia. E, em vez de discutirmos uma necessidade da população do concelho de Sintra, em vez de chegarmos a acordo para a reivindicação com dados concretos - a moção apresenta dados concretos -, baixámos à Comissão. Não sei a quem devo cunhar esta frase mas "Aqueles políticos que não querem resolver nem discutir as questões criam uma Comissão".-----

--- Em relação às moções do 25 de Abril de 1974, eu pedia alguma tolerância. Quanto à moção apresentada pelo PSD, intitulada "Democracia e Liberdade", há algumas questões de forma que nós não conseguimos acompanhar mas, sobretudo, não acompanhamos duas coisas e, por isso, vamos votar contra. Quando se diz "Com a adesão à então CEE, Portugal afirmou-se na Europa e no Mundo, como um País aberto, recuperando a sua vocação de sempre que o tornou Nação, de quando dava Mundos ao Mundo". Eu acho que há aqui uma série de equívocos. Se bem interpreto o parágrafo, não conseguimos acompanhar esta visão benévola da entrada da União Europeia (então CEE) por Portugal adentro. Suponho que não estaria à espera que votássemos favoravelmente. "Assistimos a escaladas de guerra que geram morte, fome, miséria e fuga". Com a inclusão desta frase numa moção do PSD sobre o 25 de

Abril, considero que, numa próxima vez (e não estará para muito longe), que a o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista “Os Verdes” tragam para esta Assembleia, o repúdio por uma qualquer agressão a um qualquer povo que não tem sequer como se defender, o PSD vote favoravelmente, já que repudia a miséria, a fome, a guerra e a escalada a que estamos a assistir. Em relação à moção do Partido Socialista, temos vontade de a votar favoravelmente porque creio que interpretamos bem o seu sentido. Mas proporia em primeiro que a guerra colonial não tivesse mais anos do que aqueles que realmente teve, “...mais de 15...”, não é verdade. A guerra colonial teve 13 anos, começou em 1961. Aliás, até existe uma música do tal “...cantor, cantando o poeta num hino de liberdade...” - Zeca Afonso -, que diz: “Foi em 4 de Fevereiro de 1961/Angola existe/povo existe e é só um.” Foi em 4 de Fevereiro 1961, com o assalto à então cadeia de presos políticos, em Luanda. Portanto, se o Partido Socialista estiver disponível para fazer esta correção nós podemos acompanhar. O mesmo se estiver disponível para, em vez de “...queda do Império...” - império era como chamava o fascismo às próprias colónias, era “O império do Minho a Timor”, creio que esta linguagem não fica bem e podemos atalhar ficando, se os senhores deputados assim o entenderem, “...inicia-se o processo de descolonização menos sangrento de todos os anteriores conhecidos...”. Estando os deputados do Partido Socialista nessa disposição, no 5º parágrafo, onde diz “...o velho regime...”, o *Velho Regime* era a monarquia absoluta que eu saiba, portanto, eu prefiro dizer “...com o derrube do fascismo...”. Se entenderem retirar também “titubeante e inseguro” porque não sei para quem é que foi. E acrescentaria ainda duas alterações por uma questão de precisão. No 10º parágrafo “Criou-se uma nova Constituição”, enfim, pode ficar. “...direito universal de voto a homens e mulheres, colocando as mulheres no patamar de humanidade e dignidade...”, eu substituiria humanidade por igualdade porque acho que é mais fiel ao termo. Também estaríamos disponíveis para votar se, em vez de “25 de Abril de 75”, viesse “25 de Abril de 74”, no final. Eu posso estar a ser um bocadinho “picuinhas”, mas achar que a guerra colonial durou 15 anos e que o 25 de Abril foi em 75/74, acho que merece algum preciosismo, até pela elevação da Assembleia Municipal e daquilo que aprova. Já agora, tenhamos algum rigor! Para terminar, quando se elenca “...os objetivos do Estado democrático...” se os senhores deputados estiverem disponíveis para acrescentar “...o garantir direitos políticos, sociais, laborais e económicos ao seu exercício pleno...” nós ficaríamos muito agradecidos.-----

--- O **Deputado Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, do **PS**, referiu: Na verdade, eu não vinha falar do 25 de Abril, vinha falar das árvores, mas acho que é fácil estabelecer uma ligação entre os dois temas porque, de facto, se não fosse o 25 de Abril não estávamos num órgão democrático, com uma câmara democrática, a decidir a suspensão desse trabalho que está a ser desenvolvido relativamente às árvores, numa Assembleia Municipal democrática que tem o poder de, democraticamente, decidir que esta matéria é tratada em Comissão. É uma missão democrática porque nós não estamos a usurpar o poder de ninguém, nem estamos aqui a conspirar contra nenhuma maioria. O povo somos nós, nós somos o povo representado, o povo eleito, o povo escolhido e fomos nós que, no exercício de poderes que nos são conferidos pela soberania popular, decidimos que as árvores vão ser tratadas em Comissão. Portanto, não vejo que haja nenhuma tensão entre as expectativas do 25 de Abril e a Assembleia Municipal de Sintra pela maneira como trata o *dossier* das árvores. Eu não me posso envolver na discussão sobre a qualidade fitossanitária das árvores do nosso concelho porque, realmente, não estou habilitado e não estou em condições de fazer uma grande digressão sobre a matéria. Agora, há uma coisa que eu não posso deixar de ter, e que todos nós temos, que é uma certa experiência sobre o que tem vindo a acontecer no nosso país. Nós verificamos que para qualquer árvore inconveniente alega-se um problema fitossanitário e lá vem a árvore a baixo. Ora, em Sintra, que é um concelho que tem um património natural que é dos

sintrensens mas também é do País, porque Sintra é realmente património do País, nós somos guardiões de algo que nos ultrapassa, património antiquíssimo, com árvores antiquíssimas. As árvores quanto mais velhas são, e nós temos árvores com 500, 600, 700, 800 anos, essas árvores maior tendência têm para ter problemas de estabilidade e problemas fitossanitários. Agora, aparecem-nos os técnicos com uma motosserra do ICN e arrasam tudo o que tem mais de 50 anos porque pode cair em cima de um transeunte ou de um turista. Naturalmente que nós não podemos aceitar isto. Não precisamos de ser técnicos altamente credenciados, basta termos amor pelo nosso património e não estarmos dispostos a submeter-nos a uma selvajaria dessa ordem de grandeza, como é evidente. Gostava também de chamar a atenção dos colegas deputados municipais para o problema que houve recentemente com as árvores no distrito de Portalegre, que é um problema gravíssimo, porque a paisagem portuguesa também faz parte do nosso património, da nossa memória, do nosso sentido de auto identificação. Nas estradas alentejanas ladeadas de árvores, algumas delas caídas, houve um instituto qualquer, não estou em condições de dizer que tenha sido o ICN, que também entendeu que aquelas árvores eram um gravíssimo risco, que era muito melhor o automobilista lançar-se num prado do que estampar-se contra uma árvore. Solução prática: arrasar as árvores todas na impossibilidade de almofada-las uma a uma. Realmente, o Instituto da Conservação da Natureza é um organismo muito importante, que tem uma pesada responsabilidade de proteger o interesse coletivo diante do poder municipal e de outros poderes. Em certas circunstâncias, e a nossa história demonstra-o muitas vezes, as câmaras municipais também praticaram alguns atos reprováveis, mas também porque o poder democrático se fez, fizemo-lo ao longo dos anos. Construímos um poder democrático de ano para ano. De modo geral, é cada vez mais competente e apto a desempenhar a sua função para com as populações e para com a República. Eu fico profundamente encantado com a ideia de termos chegado a um nível de maturidade em que já não é o ICN que vem para proteger o património nacional e disciplinar as câmaras, mas são as câmaras, e é a nossa câmara que defende o património nacional de uma medida absurda do ICN. Eu acho que isso é o que realmente nos deve encher de orgulho, porque as câmaras já têm um sentido cívico, um sentido cultural, um sentido da sua responsabilidade para com o património, para com as gerações que aí vêm. Imaginem essas gerações não poderem ver as árvores, quase todas centenárias, do centro histórico porque o ICN mandou cá 4 engenheiros que vistoriaram 4 mil árvores em 2 dias e concluíram que têm todo o caruncho do Nemátodo. Quer dizer, isto não faz rigorosamente nenhum sentido. Vejam bem o que aconteceria à paisagem natural da Toscânia se fosse adotada uma norma em que 50 metros para cada lado da estrada se abatiam as árvores. Ora, a Toscânia caracteriza-se por não ter árvores a não ser a ladear as estradas. São os famosos ciprestes italianos que acompanham as estradas da Toscânia. Imagine-se, se o ICN tivesse jurisdição sobre a Toscânia, lá ia a Toscânia. Portanto, eu queria realmente felicitar um órgão democrático, na Câmara e na Assembleia, por ter tomado as decisões que pareceram apropriadas. Acho que realmente os sintrensens têm uma dívida, que não é dívida nenhuma porque esta é a nossa obrigação, mas o país também a tem porque nós estamos aqui a defender um património que não é só de Sintra é do País inteiro.-----

--- O Líder do BE, Deputado João Elviro Matilde da Silva, referiu: Depois deste debate sobre o abate de árvores, mais surpreendente se torna a atitude da bancada do PS. Depois de ouvir as posições de vários membros do PS, começando pelo senhor Presidente da Câmara, não se percebe porque é que o PS vota favoravelmente o requerimento. Discutem, tomam posições mas não querem votar, não se querem comprometer. Este é o problema, não se querem comprometer. O debate está feito e atira-se o assunto para a Comissão, para deixar lá ficar. O tempo vai passando, entretanto a suspensão é levantada, abate-

se à vontade e, depois, vimos aqui todos indignados. Aquilo que mais surpresa me deixa é que nós assistimos, hoje e já há alguns dias, à forma como o PS está a reboque dos Sintrenses com Marco Almeida. Os Sintrenses com Marco Almeida apresentam um requerimento que propõe baixar à Comissão e o PS vota com os Sintrenses com Marco Almeida. Os Sintrenses com Marco Almeida queixam-se, fazem barulho sobre a majoração do IMI (votado e aprovado nesta Assembleia) e o senhor Presidente suspende a aplicação da majoração do IMI. De facto, isto deixa-nos preocupados sobre o que é que vai por aqui. Mas, enfim, o PS sabe de si e sabe o que isto pode significar, é um problema dele, não é meu. Mas, sobre a majoração do IMI gostava de dizer ao senhor Presidente o seguinte. A majoração do IMI foi decidida no 2º mandato de Fernando Seara. Foi para inglês ver, para fazer que se majorava, eram umas escassas dezenas de casas a quem se aplicava essa majoração. E só recentemente, e muito bem, se começou, de facto, a aplicar a majoração do IMI. Mas agora o senhor Presidente, ao tomar esta medida, deu um tiro no pé porque abdicou de uma decisão justa que é majorar, efetivamente, as casas que estão em ruínas, que não são tratadas, não se tomarem as medidas sérias nesse domínio. Nós achamos que se devem criar todas as condições aos munícipes que se considerem injustiçados para poderem reclamar, poderem pedir a revisão, poderem pedir que se faça justiça. Devemos criar condições para isso. O problema não é um problema dos funcionários da Câmara, é um problema político. As pessoas que trataram de reparar as suas casas, que combateram a ruína das suas casas, veem os outros que violam a lei, que violam as decisões da Câmara, serem compensados com a retirada da majoração. Não está certo, senhor Presidente. Acho que é uma medida que, efetivamente, não está certa e que merece da parte do Bloco de Esquerda o seu repúdio e o seu voto contra.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Relativamente ao que disse o Deputado João Silva, de ir ou não a reboque dos Sintrenses com Marco Almeida, acho que não merece resposta porque os factos falam por si, de quem vai a reboque de quem. Quanto à majoração do IMI, ninguém a põe em causa. O que nós pusemos em causa foi a lista que foi aprovada e que estava errada, e não foi porque os Sintrenses com Marco Almeida tivessem falado, porque se eles o tivessem dito eu tinha dúvidas porque têm dito tanta coisa que não é verdadeira, que eu teria dúvidas. Mas eu vi casos absolutamente escandalosos. Casos de casas impecáveis, que não tinham uma parte pintada, majoradas com 30%. Casas com vários andares em que todos os andares eram majorados. O que é que nós devíamos fazer perante isto? Quando reconhecemos um erro devemos mantê-lo ou devemos defender os munícipes? A minha missão é proteger os munícipes, não é atacá-los. E a responsabilidade é exclusivamente minha, o despacho é meu, e depois de saber de vários casos não podia assinar uma coisa destas. A majoração continua, e não em ruínas, porque são coisas diferentes, casas degradadas e em ruínas. Estamos a falar de casas degradadas e, aí, vamos manter inteiramente. Agora, o erro foi meu porque devia ter visto a lista e devia ter feito isto antes e não o fiz. Mas quando me apercebi anulei. Os erros comigo corrigem-se. Não tem nada a ver com os Sintrenses com Marco Almeida que, se calhar, até ficaram incomodados com isso porque estavam a ver casa a casa, todos os dias. Ninguém propôs nada, não há nenhuma proposta feita. Os técnicos, que não estão em causa porque cada um tinha o seu critério, e eram vários, não podem manter o mesmo critério agora, têm que me vir dizer que critérios vão aplicar em relação aos prédios degradados que, de acordo com a lei, são aqueles que têm problemas de salubridade ou problemas de habitabilidade, mesmo quando estão habitados. -----

--- O protocolo do Hospital, como ainda não existe, não o podemos distribuir. Nós estamos a negociar um protocolo com o Governo, há um acordo técnico, foi criada uma comissão que elaborou realmente um conjunto de princípios técnicos que estão consolidados. São as urgências para cerca de 60 mil pessoas,

as consultas com pedopsiquiatria, todas as consultas com os elementos de diagnóstico expressos, a cirurgia ambulatoria com as duas unidades, são as 60 camas com possibilidades de se vir a estender. Mas o documento não é nosso é do ministério. Nós não podemos dar aquilo que não temos. O que é importante neste momento, em relação ao Hospital, é que continuemos a luta porque não está a ser fácil. Da nossa parte fizemos tudo. Temos o terreno, temos 6 milhões e já foi dito ao Governo “se querem mais que 6 milhões digam quanto querem”, que apresentamos o assunto à Câmara e discute-se aqui outra vez. Há dinheiro para servir os interesses das pessoas e se há interesse relevante é o interesse do Hospital. Não é a protestar na rua, como os senhores têm feito, que se consegue o hospital, é negociando, é ter a capacidade de negociar. A grande diferença é essa. Se o senhor Ministro me dissesse que não tinha dinheiro, eu respondia: “Dê-me o Hospital de chave na mão e nós pagamos os 30 milhões”. Porque os temos, porque os poupamos, porque os tirámos dos bolsos onde não deviam estar para aplicar onde era necessário. Esta é que é a questão, e isso é realmente uma barreira que nos divide, e a democracia é isto. O senhor acha que o Estado é que deve pagar, mesmo quando não tem dinheiro em orçamento, vão para a rua protestar e passaram assim anos e anos sem Hospital. A mim, aquilo que me interessa é a saúde dos munícipes e o seu bem-estar, portanto, se temos os meios, temos que ter o Hospital. Eu peço-lhe e peço a todos que nos ajudem nisso porque vai ser uma luta difícil. Nós temos toda a legitimidade, temos esta razão porque não pedimos ao Orçamento de Estado um tostão. Aquilo que fizemos foi, exatamente, olhar sempre para aquilo que é necessário e o Hospital é necessário. Os nossos munícipes não podem estar 8 horas à espera de uma consulta. Nós não tínhamos uma VMER, nunca se esqueça que no município de Sintra, com os protestos todos, durante anos, as pessoas morriam no passeio com paragem cardiorrespiratória porque não tinham um suporte básico de vida. Isso devia-nos envergonhar a todos e é isso que não pode continuar. A democracia cristã da América do Sul fazia uma grande distinção entre aquilo que era a esperança e a esperança concreta. Era o Leonardo Boff que falava na esperança concreta, e aquilo que nos distingue é a esperança que não é acompanhada de mais nenhum meio a não ser a esperança, e a esperança concreta que é aquela que realiza o direito. A esperança de ter uma casa é muito bonita, mas o que é importante é que se tenha uma casa. A esperança de ter saúde é muito importante, mas o importante é ter saúde. E eu garanto que vamos ter o hospital.-----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz**, do **PS**, referiu: Vim também manifestar aqui a minha surpresa pela surpresa manifestada por alguns dos senhores deputados, e tinha que vir defender a moção do PS dizendo diretamente, olhos nos olhos, ao senhor Deputado Hugo Janeiro que quando começou a descolonização, eu perdoo-lhe, o senhor deputado ainda não existia mas eu sim, era pré adolescente e assisti à chegada das tropas da Índia. E o senhor deputado está enganado. É que os problemas coloniais da saída das colónias e do desmoronamento do Império começam em 54 quando a Índia invade o Nagar e Dadrá. Se se queria reportar a 61 enganou-se. Ignora, portanto, aconselho-o a ir ler qualquer coisa e depois vir aqui assumir a posição que assumiu. Assistimos aqui a um exercício fantástico, desculpe que lhe diga, de desmontar uma moção, talvez porque ela tenha vindo do PS, em que nós trocamos a essência da coisa pela circunstância. De facto, nós aceitámos porque, não há dúvida nenhuma, a moção refere logo no princípio “25 de Abril de 74” e houve, de facto, uma gralha no fim, que se reporta a “25 de Abril de 75”. Humildemente aceitamos a sua sugestão da correção desta gralha. Em relação ao resto, um minuto não me chega para explicar a diferença entre colónias e império colonial e aquilo que o senhor deputado aqui referiu.-----

--- O **Presidente da Assembleia** colocou a **votação**:-----

--- Moção subscrita pelo Grupo Político Municipal do **PS**, intitulada “Pelo 25 de Abril de 1974” – Aprovada por maioria com os votos contra da CDU e do BE.-----

--- Moção subscrita pelo Grupo Político Municipal do **PSD**, intitulada “Democracia e Liberdade” – Aprovada por maioria com os votos contra da CDU e abstenção do BE.-----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona**, da **CDU**, referiu: Relativamente à moção da CDU, quero dizer que se trata de mais um apelo para que a CP não tome iniciativas, com consequências na degradação do serviço de transporte que é prestado naquela linha. É muito importante que se promova uma melhor oferta do serviço prestado, tal como é muito importante mantermos como uma das grandes prioridades de investimento público na área da mobilidade, a modernização e a requalificação da Linha do Oeste, que poderá e deverá assumir-se como um meio privilegiado para a desejável revitalização económica e social da zona Norte do nosso concelho.-----

--- A **Deputada Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo**, do **PS**, referiu: Duas breves notas, uma a respeito da moção do CDS sobre as políticas dedicadas às pessoas com deficiência e, outra, a respeito da transferência de competências para os municípios, apresentada pela bancada da CDU. Relativamente à moção do CDS, naturalmente que nós estamos de acordo com o seu conteúdo. Contudo, parece-nos que desconsidera um pouco do que é a realidade do nosso concelho em matéria de apoio a políticas de integração do cidadão portador de deficiência. Dos muitos desafios que este executivo assumiu, claramente, este foi um dos que assumiu em toda a linha. Senão vejamos: para além da *Casa Acessível* e da *Praia Acessível* que já existiam, temos um importante programa do *Sintra Inclui* que promove a integração do cidadão portador de multideficiência no mercado de trabalho; temos o protocolo com o C.E.C.D. de emprego protegido, na ordem dos 250 mil euros; temos o programa *Cuidar Melhor*, que se destina aos cuidadores - que muitas vezes são esquecidos - e que presta apoio em várias áreas, nomeadamente, o apoio psicossocial; temos o *Sintra Integra* que foi recentemente aprovado em reunião da Câmara Municipal e que visa a integração no mercado de trabalho de cidadãos portadores de doença mental; temos os vários apoios que são prestados no âmbito do PAFI, nomeadamente, o recentemente aprovado para a criação de um novo C.A.O. - Centro de Atividades Ocupacionais, na Cercitop no Lourel, no valor de 290 mil euros; temos ainda recentemente, e indo ao encontro da questão de uma insuficiência que o Bloco de Esquerda já tinha reportado aqui em sede de Assembleia Municipal, a formação em linguagem gestual que foi dada a vários trabalhadores de serviços públicos no concelho - juntas de freguesia, GAM, Loja do Cidadão e Espaço Cidadão -, hoje é uma realidade (a primeira formação já terminou e está em vias de ser iniciada uma segunda formação); e ainda muito recentemente também, e com o intuito de estabelecer uma estratégia global e concertada entre todos os parceiros que atuam nesta área, o CLAS iniciou o processo de elaboração de um plano municipal de apoio à integração do cidadão portador de deficiência. Portanto, este plano de que a moção fala já está em elaboração. Relativamente ao conselheiro que refere, o Partido Socialista entende que o mesmo pode ser equacionado mas, depois, no âmbito deste plano municipal que o CLAS está a preparar.---- Relativamente à transferência de competências, somos favoráveis aos conteúdos da moção com exceção de um dos considerandos que vem explanado que exige a reposição de todas as freguesias extintas. Porque nós sempre defendemos que a palavra deve ser devolvida aos municípios, são eles que devem, debatendo com as populações e com os seus autarcas, definir que organização de território querem para o seu concelho.-----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: Vou proceder à leitura da nossa moção: “Através do Grupo Parlamentar do CDS, em 24 de Março, foram agendadas vinte iniciativas legislativas sobre políticas dedicadas às pessoas com deficiência, das quais quinze foram aprovadas pela Assembleia da República. Num tema tão importante, foi possível os Partidos entenderem-se sobre matérias que são transversais na sociedade portuguesa e que estão além das ideologias, tendo estas iniciativas legislativas resultado de um processo de auscultação das associações do sector da deficiência e de várias famílias que convivem com estes problemas diariamente e que, melhor do que ninguém, sabem qual deve ser o papel do Estado, e também das Autarquias. Trazer para a discussão pública a vida dos portugueses com deficiência, os dramas com que se debatem as suas famílias, as dificuldades que enfrentam as instituições que os apoiam, é cuidar, no plano humano, da maior e mais relevante atualidade política, que, embora não se refletindo infelizmente nas notícias mais destacadas, devemos pugnar para estar no centro das nossas preocupações. Uma sociedade só é devidamente justa e solidária se olhar para os cidadãos portadores de deficiência com a atenção que merecem e se procurar desenvolver políticas globais e integradas que vão ao encontro dos seus direitos, objetivando deste modo a melhoria e a qualificação das suas condições de vida. Assim, considerando a pertinência de as autarquias se aproximarem das instituições, das famílias e dos cidadãos portadores de deficiência, face à urgência das suas reivindicações; considerando a importância de responder a um dos maiores desafios dos cidadãos portadores de deficiência, ou seja, a de promover a autonomia e a capacitação profissional, nestes termos, a Assembleia Municipal de Sintra delibera, na sua sessão de 20 de Abril de 2017: 1. Diligenciar junto da Câmara Municipal de Sintra para nomear um conselheiro ou conselheira, visando estruturar respostas objetivas às necessidades dos cidadãos portadores de deficiência e, por consequência, facultar-lhes orientações que promovam e facilitem o planeamento do seu futuro; 2. Diligenciar junto da Câmara Municipal de Sintra para uma maior interação e cooperação com os Centros de Atividades Ocupacionais e, ainda, para incrementar uma escola mais inclusiva em Sintra, nomeadamente, adotando as recomendações do Conselho Nacional de Educação para o Ensino Especial; 3. Promover a sua divulgação pelas plataformas digitais da Câmara Municipal de Sintra.” Permitam-me ainda dizer que é notório, e foi aqui referenciada uma instituição como a Cercitop, que infelizmente, em termos de acolhimento de unidades de cuidados continuados, são obrigadas a recolher doentes da área de cuidados paliativos, o que tem provocado graves problemas nas instituições em termos de meios de resposta. Portanto, é algo que deve ser considerado. Tendo aqui o senhor Deputado da área, eu convido-o a interagir com estas entidades, mormente, C.E.C.D. e Cercitop, porque é notória a preocupação que têm sobre esta matéria. -----

--- O **Deputado António Filipe Gaião Rodrigues**, da **CDU**, referiu: É uma pena não termos a possibilidade de dizer umas breves palavras em relação à moção que trazemos sobre a descentralização de competências e sobre a qual outros deputados municipais se pronunciaram. Também temos pena de não ter podido votar favoravelmente a moção sobre o 25 de Abril, apresentada pelo PS. As nossas propostas são no sentido de melhorar o texto, no sentido construtivo, porque consideramos que havia aspetos factuais que deviam ser corrigidos. A guerra colonial não começou propriamente com o *Gungunhana*, começou quando começou. É pena que não tivesse havido da parte do Partido Socialista disponibilidade para aceitar construtivamente aquilo que nós queríamos melhorar porque queríamos mesmo votar favoravelmente essa moção. Enfim, ficará para o ano. Teremos mais oportunidades de festejar o 25 de Abril. Mas o que me trouxe aqui tem a ver com a descentralização. Nós consideramos que a descentralização é essencial para o desenvolvimento equilibrado do nosso país e sempre o

defendemos. Consideramos que o processo que está em curso e em debate de transferência de atribuições para as autarquias e de reforço das competências dos seus órgãos, merece um debate muito aprofundado para que possa terminar de uma forma positiva para o País. O que queremos dizer com isto é que não se deve traduzir num processo em que a administração central aliene atribuições, transfira para o poder local responsabilidades sem que haja uma transferência concomitante dos meios necessários para que essas atribuições possam ser eficazmente prosseguidas pelas autarquias. Portanto, entendemos que mau seria para o País se este processo, dito de descentralização, fosse, afinal de contas, um passar de responsabilidades e um passar de insatisfações do poder central para as autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades que elas não pudessem ter condições para prosseguir de uma forma mais eficaz que aquilo que se pretende. A descentralização só faz sentido se se considerar que determinadas atribuições podem mais eficazmente ser desenvolvidas pelo poder local. E é isso que defendemos neste processo. Consideramos a descentralização essencial para o desenvolvimento local e regional. Consideramos que a autonomia do poder local deve ser reforçada em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. O único ponto em que verificámos que houve uma divergência em relação à bancada dos Sintenses com Marco Almeida (foi o senhor Deputado António Capucho que se referiu), tem que ver com a divergência quanto à criação de regiões administrativas. Na nossa opinião, era essencial que fosse efetivamente criado, tal como a Constituição determina, uma estrutura intermédia de poder entre o Governo do país e as autarquias locais atualmente existentes. Falta uma dimensão do poder local que é o poder regional, e que tem sido mal substituído por estrutura desconcentradas da administração central que não têm uma legitimidade democrática direta, que são as CCDR's. Pensamos que devia haver um poder regional, legitimado pelo voto popular, que tivesse atribuições claramente definidas de transferência de atribuições do poder local, não dos municípios para as regiões, mas do poder central para as regiões. Portanto, aceitamos obviamente que esse ponto possa ser votado separadamente (se assim o entenderem, é um poder que compete a cada deputado pedir que haja uma desagregação da votação), mas nós consideramos que é importante a referência à necessidade de um poder regional, e que a descentralização de competências é muito positiva mas não substitui, de maneira nenhuma, esse nível de poder intermédio que deveria efetivamente ser constituído.-----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz**, do **PS**, referiu: Estou surpreendidíssimo. Transformou-se aqui uma moção numa guerra entre quem tem direito ao 25 de Abril. E já agora, quero dizer ao senhor Deputado que podíamos ir não ao *Gungunhana* mas ao *Mapa cor-de-rosa*. Mas nós estávamo-nos a referir ao anterior regime, ao Estado Novo. E no Estado Novo a decisão do Tribunal de Haia penaliza a invasão, por parte da Índia, das colónias portuguesas na Índia, que é em 1954. Agora, o que eu acho que é inacreditável é fazer chicana em torno de uma proposta. Até parece que nesta sala alguns são detentores da verdade e os outros todos são uns oportunistas do 25 de Abril e da Liberdade. Não, senhor Deputado, eu estava lá no momento e estive lá antes. Não nego que Vossa Excelência pudesse lá ter estado e a sua bancada, mas nós também lá estivemos e estamos aqui de tão boa-fé a defender a democracia e os princípios do 25 de Abril como qualquer outro dos presentes.-----

--- O **Deputado António Filipe Gaião Rodrigues**, da **CDU**, referiu: Eu pretendo fazer uma intervenção pacificadora porque acho que o 25 de Abril o justifica. A proclamação do Movimento das Forças Armadas, no dia 25 de abril de 1974, diz "...considerando que 13 anos de guerra colonial...". Portanto, é factual, e mesmo que o senhor Deputado queira considerar que a guerra colonial começou com as ações dos Satyagraha, em Dadrá e Nagar-Aveli, em 1954, não foram 15, foram 20 anos. Portanto, até aí a moção

estava errada. Mas não é essa a questão. Eu acho que o 25 de Abril merece que haja, de facto, uma grande unidade. Nós gostaríamos que pudessem ter sido corrigidos alguns aspetos que, no nosso ponto de vista, são factuais e que são terminologicamente menos adequados para podermos votar favoravelmente. Paciência, não houve talvez tempo ou possibilidade de termos um diálogo mais direto sobre esta questão. Mas eu creio que não vale a pena estarmos aqui a criar um clima de animosidade quando, naturalmente, respeito os sentimentos democráticos do senhor Deputado e da sua bancada e, portanto, o facto de termos tido uma divergência sobre os termos utilizados na moção, não deveria manchar a unidade democrática que deve haver em torno dos valores do 25 de Abril, que são muito importantes e que nos unem a todos.-----

--- O **Presidente da Assembleia** colocou a **votação**:-----

--- Pontos 1., 3. e 4. da moção subscrita pelo Grupo Político Municipal da **CDU**, intitulada “Sobre a Transferência de Competências” – Aprovados por unanimidade.-----

--- Ponto 2. da moção subscrita pelo Grupo Político Municipal da **CDU**, intitulada “Sobre a Transferência de Competências” – Rejeitado com os votos contra do PS; dos SCMA; do PSD; do CDS e votos a favor da CDU; do BE e um deputado do PS.-----

--- Moção subscrita pelo Grupo Político Municipal da **CDU**, intitulada “Não à discriminação entre utentes na Área Metropolitana de Lisboa” – Aprovada por unanimidade.-----

--- Moção subscrita pelo Grupo Político Municipal da **CDU**, intitulada “Sobre a Linha Ferroviária do Oeste” – Aprovada por unanimidade.”-----

--- Moção subscrita pelo Grupo Político Municipal do **CDS/PP**, intitulada “Políticas Dedicadas às Pessoas com Deficiência” – Aprovada por maioria com a abstenção dos SCMA.-----

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: A questão já aqui foi trazida no âmbito das moções, mas eu entendi que a devia trazer novamente e tem a ver com o IMI. Ao contrário do Bloco de Esquerda, eu percebi, senhor Presidente, pelas suas declarações à TSF e outras no jornal, que o problema não tinha a ver com a questão da majoração que foi aqui votada, a majoração do IMI para casas degradadas, com a qual nós concordamos e que votamos aqui conscientemente. Tem a ver com uma avaliação que, supostamente, não teria sido bem-feita pelos técnicos ou, alegadamente, porque é uma questão que o senhor Presidente ainda está a averiguar, ou vai averiguar, através de uma averiguação interna, segundo as suas declarações. Eu só queria releva duas questões: em primeiro lugar, toda esta questão de avaliação passa por haver alguns critérios que não são os critérios de uma só câmara - porque a lei permite alguma interpretação um bocado lata - e por isso, critérios mais gerais para que, em Sintra, um prédio não seja considerado degradado e, na Amadora o seja, ou vice-versa, porque somos todos contribuintes de um país, embora vivamos em concelhos diferentes. Outra questão que queria aqui levantar é que - e isto é que eu gostaria que o senhor Presidente esclarecesse -, o senhor Presidente disse que a Câmara iria proceder à anulação junto da Autoridade Tributária daquela lista que foi enviada relativamente aos prédios degradados, e isso contaria como reclamação. A questão que eu ponho é a seguinte: se os contribuintes já receberam as liquidações (os documentos para pagarem agora em Abril), não haverá tempo, provavelmente, para proceder a nova liquidação pela Autoridade Tributária? Ou o senhor Presidente já viu com a autoridade tributária no sentido de anular aquelas liquidações e fazer novas, ou do retorno, ou do estorno ser feito em Setembro?-----

--- O **Líder do Grupo SCMA, Deputado António d'Orey Capucho**, referiu: Queria, em primeiro lugar,

.../...

esclarecer, a propósito de insinuações que têm a ver com as florestas, que a nossa bancada está disponível para votar esta questão - uma moção sobre as florestas, sobre o abate de árvores -, na próxima quinta-feira, desde que o senhor alto representante do ICNF venha entretanto à Comissão. Até seria interessante que a Comissão apresentasse a proposta de moção tendo em conta os esclarecimentos que ele adiante. Eu sei que não há moções, a não ser de pesar, nas sessões extraordinárias, mas também, extraordinariamente, se houver consenso, podemos votá-la de hoje a oito dias. Não é nenhuma manobra dilatória. Se fossem votadas hoje teríamos votado favoravelmente mas acho que merecem um esclarecimento. O segundo ponto é que, pessoalmente, sou a favor da regionalização, sempre fui e continuarei a ser, mas acho que está aqui enxertada uma forma que não tem cabimento nesta moção, que acabou por ser aprovada nos outros temas. Hoje, permito-me abordar ainda os seguintes temas de atualidade. Orçamento Participativo - O Senhor Primeiro Ministro lançou ontem o primeiro orçamento participativo a nível nacional, aparentemente com assinalável sucesso graças ao número significativo e à qualidade das propostas dos cidadãos que aderiram a esta relevante iniciativa, no quadro do alargamento da participação democrática na vida política nacional. Esta modalidade de participação tem conhecido nos últimos anos uma forte adesão de um número crescente de Municípios, com assinalável êxito, como se pode constatar no nosso Distrito, por exemplo, em Lisboa e em Cascais. Aliás, devo acrescentar, porque fui há pouco informado, que o próprio Governo já atribuiu dinheiro a todas as escolas deste País, a partir do 7º ano, para introduzirem este instrumento de orçamento participativo nos estabelecimentos de ensino de todo o País, o que me parece de elogiar. Sintra, com esta maioria do PS, continua alheia à inovação pois o município nada propôs nesse sentido, a propósito do orçamento para o ano em curso. Já não será este executivo municipal a aprovar o orçamento para o próximo ano, pelo que espero que uma nova maioria, resultante das eleições de 1 de Outubro, possa aproveitar as experiências positivas de concelhos afins e, então, lançar o primeiro orçamento participativo no Município de Sintra.-----

--- O segundo tema é sobre a majoração do IMI - A teimosia - para não dizer a incompetência - deste executivo proporcionou, como seria inevitável, a verdadeira trapalhada a que assistimos, e continuaremos provavelmente a assistir, a propósito da majoração do IMI para os prédios degradados. Como é sabido, o número de imóveis abrangidos conheceu um incremento progressivo incompreensível por descomunal, desde 2014 (apenas 168 prédios), tendo-se verificado entre 2016 (cerca de 8.000) e 2017 (cerca de 11.500). Muitas das reclamações dos proprietários invocam a justo título o espírito da legislação quando referem que a majoração deve fazer-se apenas sobre imóveis degradados que não cumpram a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, condicionamentos estes que muitas vezes não terão sido considerados pela Câmara. Fique claro que defendemos uma majoração do IMI sobre os prédios degradados e que, consequentemente, não somos partidários do afrouxamento da fiscalização neste âmbito, em nome da segurança, do ambiente, da sustentabilidade territorial e da qualidade do parque habitacional. Mas é óbvio que se cometeram erros graves na classificação de muitos prédios - como o senhor Presidente da Câmara já reconheceu - que estão longe de reunir as condições legais para essa classificação. O senhor Presidente, de uma forma pouco elegante, se me permite, afirmou que os Sintrenses com Marco Almeida têm dito muitas coisas que não são verdade a propósito de não termos apresentado propostas no sentido de alterar este procedimento. Não é bem assim, porque, de facto, há pouco menos de um ano, e posteriormente em diversas oportunidades, os Vereadores do nosso Movimento, em sede de reunião camarária, alertaram, em vão, infelizmente, para os evidentes e inaceitáveis excessos que se estavam a cometer. Não lhes competia apresentar propostas, competia-lhes, essencialmente, alertar - olhe que isto está a ser uma coisa completamente disparatada, descomunal, em termos de número de prédios que estão a ser abarcados. Só mais recentemente, no seguimento de um

comunicado do nosso Movimento e, essencialmente, de notícias da comunicação social, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que vai “anular todos os processos de agravamento do IMI de 2017, e as pessoas receberão aquilo que pagaram a mais pelas Finanças”. Congratulamo-nos pelo facto do Senhor Presidente da Câmara ter publicamente reconhecido o erro, embora tardiamente. Mas lamentamos que tenha procurado desculpabilizar-se a si e ao Executivo neste processo, através de uma tentativa espúria de transferir para os serviços as responsabilidades que cabem inteiramente ao poder político nesta lamentável situação, nomeadamente, por não ter condicionado a avaliação a parâmetros realistas e rigorosos. Foram para o terreno avaliar à balda, se me é permitida a expressão. A Câmara devia ter previamente, através de uma determinada matriz, estabelecido critérios rigorosos e realistas. A Câmara parece que não reparou no crescimento absolutamente disparatado do número de prédios abrangidos. Isto é responsabilidade da Câmara, não é dos serviços. Finalmente, estranho que ainda não tenha sido emitido um despacho, ou uma proposta apresentada à câmara, para consubstanciar a intenção manifestada pelo Presidente, e que eu citei, ou seja, de anular todos os processos de agravamento do IMI e de devolver às pessoas aquilo que pagaram a mais às Finanças. No fundo, o Presidente disse que, na prática, se vai verificar o seguinte: é como se tivessem obtido deferimento a uma eventual reclamação que tenham apresentado junto do fisco. Mas como nós conhecemos o “modus operandi” da Autoridade Tributária, questionamos a Câmara sobre se já acertou com esta autoridade o processo de restituição prometido e o que tenciona fazer quanto aos prédios que venham agora a ser isentos de majoração, mas liquidaram o IMI. Já estamos a 20 de Abril e, de facto, já houve uma data de gente que terá liquidado. E pergunto: o que é que vai acontecer àqueles que liquidaram o IMI majorado injustamente nos anos anteriores?-----

--- Terceiro ponto: Quanto ao Hospital - O último tema que me proponho abordar refere-se ao “estudo dos requisitos técnicos à criação e ao funcionamento do Polo Hospitalar de Sintra, e bem assim, ao respetivo programa funcional”. Estudo não é Protocolo, foi feito um estudo. Continua, inexplicavelmente para nós, a não ser facultada a esta Assembleia, como por mim foi requerido oportunamente ao Dr. Domingos Quintas, não na qualidade de Presidente da Assembleia mas por ser o representante do município no tal grupo de trabalho que iria proceder a esse estudo, e o senhor Presidente, simpaticamente e a justo título, disse-me “não tenho esse estudo, não tenho que o entregar, eu respondo diretamente perante o grupo de trabalho que foi criado pelo senhor Ministro da Saúde.” Então eu disse “o senhor não tem estudo, certamente, o senhor Presidente terá esse estudo.” Porque custa-me a acreditar que, tendo o município de Sintra, num assunto tão importante como este, indicado um representante pessoal do senhor Presidente, que é o Dr. Domingos Quintas, a título pessoal, mas que sabemos quem é, para acompanhar este estudo, que o estudo tenha sido entregue ao senhor Ministro e que o senhor Presidente da Câmara não tenha conhecimento do estudo. E já está em negociação do protocolo sem ter conhecimento do estudo? E então, a resposta que eu obtive 10 minutos antes de ter aberto esta sessão (às 19h20m), por e-mail, o senhor Presidente refere que não tem este estudo. Não tendo esse estudo eu pergunto: como é que negocia o protocolo sem o estudo, ou seja, sem saber aquilo que o grupo técnico, criado no âmbito do Ministério da Saúde, transmitiu ao senhor Ministro? Nem sequer o senhor, representante do município no grupo de trabalho que conduziu à elaboração desse estudo, tem elementos ou influência que possa proporcionar a obtenção desse estudo? Então é membro desse grupo de trabalho e não tem o produto final do estudo que esse grupo de trabalho apresentou ao Ministro? Isto é perfeitamente surrealista, peço desculpa, senhor Presidente. Portanto, pergunto-lhe sinceramente se confirma que não tem em estudo, se ele não é confidencial ou se por qualquer razão não o quer apresentar a esta Assembleia ou, se não o tem, se pretende instar junto do senhor Ministro que considera isto uma aberração, não ter a possibilidade, num grupo de trabalho que, por indicação do senhor Ministro, indicou um representante da Câmara

.../...

Municipal para integrar esse grupo de trabalho e, nem representante do município nem o município sabem as conclusões desse estudo.-----

--- O **Presidente da Assembleia, Domingos Linhares Quintas**, referiu: Sobre esta matéria gostava de esclarecer o seguinte: Fui nomeado por um grupo de trabalho, terminamos o nosso trabalho no dia 17 de janeiro, o grupo de trabalho assinou uma ata no dia 17 de janeiro e entregamos o estudo, o plano funcional, a quem o encomendou. Não escondo que toda a matéria constante do estudo, o senhor Presidente da Câmara foi colocado ao corrente permanentemente e diariamente, sempre que reuníamos, daquilo que o estudo ia contendo. O estudo tem cento e muitas páginas e o grupo entregou-o através da ata ao senhor Secretário de Estado. Quero dizer e afirmar aqui perante todos, e quero também dizer que o escrevi dizendo isto ao Presidente da Câmara, no requerimento que o Dr. António Capucho colocou, que não entreguei o estudo ao senhor Presidente da Câmara. Repito, não entreguei o estudo ao senhor Presidente da Câmara porque entendi, e entendo, que fui nomeado por um grupo de trabalho que me encomendou um trabalho, que eu fiz com todo o gosto, e que o entreguei a quem de Direito. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Respondendo ao Senhor Deputado António Capucho e começando pelo orçamento participativo, quero referir que há quem entenda que o orçamento participativo é pegar numa verba do orçamento e dizer: “Está aqui esta verba. Digam lá o que querem fazer com ela?” Não sei se é esse orçamento participativo que defende. É que se não o defende, eu também não! Sempre que o orçamento participativo foi colocado aqui, era esse e não outro. Por isso é que eu entendi sempre que esse orçamento participativo não nos servia, porque serve os “caciques”. A esses serve! Serve aqueles que se aproveitam, que em vez de servir a comunidade servem-se dela, por vezes com as maiores mentiras, com as maiores distorções à verdade. O que é importante é ganhar o “apoio” e, portanto, vale tudo. Bom, nós não vamos por aí. Realmente é verdade, há outros orçamentos participativos e aquilo que o Senhor Primeiro-Ministro disse, eu concordo plenamente. E mais, quando o Senhor Primeiro-Ministro diz que no orçamento participativo escolhe quatro ou cinco sectores, sendo participativo na Saúde, na Educação, na Segurança e, para cada um deles, há um orçamento e um conjunto de regras. Aí, então, nós estamos 100% de acordo. Agora, porque é que não foi feito logo o orçamento participativo? Porque nós tivemos que “arrumar a casa”; porque não tínhamos orçamento suficiente. O Senhor Doutor já se esqueceu que há três ou quatro anos atrás, antes de tomarmos posse, andaram a pedir empréstimos aos SMAS para pagar salários. Portanto, nós não tínhamos. E tivemos que utilizar o tempo, não em orçamento participativo mas, sim, em orçamento, em ter dinheiro e ganhar capacidade para depois fazer investimentos e fazer tudo aquilo que um gestor prudente tem que fazer. Agora, se me diz que no futuro já pode haver orçamento, pode. Porque, agora, o Senhor Doutor já tem dinheiro para pagar todos os “sonhos” que quiser; agora tem dinheiro para fazer tudo aquilo que quiser, dentro daquilo que é normal e dentro daquilo que é justificável. Para o ano, pode dizer que vai fazer algo de bom na Saúde ou na Educação. Não nos podemos igualar a Lisboa ou ao Estado Central, mas escolha dois grandes setores e faça um bom orçamento participativo, com regras e que seja útil, porque a participação não se esgota no orçamento participativo. Quando nós fazemos o Sintra Resolve, quer maior participação? Quando nós fazemos os Planos de Pormenor e demos conhecimento público, quer maior participação? Quando se faz tudo aquilo que tem vindo a ser feito, com a participação das pessoas, quer maior participação? O orçamento participativo é importante desde que seja sério e sirva a comunidade e não apenas as pessoas que se servem da comunidade. -----

--- Relativamente ao IMI, há duas maneiras de o tratar. Uma, que eu diria que é a maneira consistente e, a outra, que é a maneira “politiqueira”. A maneira “politiqueira” diz que a Câmara quis aumentar o IMI para compensar a redução que fez, dos quatro ou seis pontos do IMI. Esta é a maneira de tratar o IMI e isto é que interessa: é criar a ideia de que a Câmara, “pessoa” de má-fé, desceu seis pontos, deu quatro, e agora mais dois pontos, quando nos anos anteriores deu apenas um ponto. Bom, perde 8,1 milhões de euros para ganhar 350 mil euros. É quanto é o ajustamento do IMI. Mas o Dr. Capucho, isso, não diz. Portanto, o membro da Assembleia Municipal, António Capucho, não o diz e não vem aqui dizer que isto não tem rigorosamente nada a ver com o problema do IMI, que desceu bem. Era bom que o membro da Assembleia Municipal, António Capucho, dissesse o mesmo ali. Desde 2004 até 2012, penitenciamos-nos por não se ter cumprido a Lei, porque estivemos oito anos a ser obrigados a majorar e não majoramos. Pedimos desculpa! Depois, deve pedir desculpa outra vez e devia de ter dito que quando nós majorámos em 2012 apenas majorámos uma pequena parte do Concelho. As cidades não foram majoradas; tivemos duzentas majorações e depois continuou. Em 2015, aconteceu a mesma coisa. E pedia desculpa também disso que foi um erro grave. Realmente, é verdade que em 2015 este executivo estendeu o ajustamento do IMI a todo o concelho e, obviamente que aumentou muito as casas degradadas. Esta é a primeira resposta. A Câmara fez o que devia ser feito porque, Senhor membro da Assembleia Municipal, António Capucho, os critérios estavam fixados desde 2012, ao contrário do que disse ali. Disse que se fixou agora e não é verdade. Estavam fixados desde 2012. A aplicação é que era errada. Nós, eventualmente, errámos porque não definimos a tempo o critério, tal como Lisboa. Lisboa tem 16 mil prédios e, ao todo, tem menos prédios que nós. Efetivamente, é verdade que nós subimos, houve o registo, houve um aumento grande. Realmente, o erro não é imputável, não é um erro de competência de quem avalia. O erro é de não estar o critério fixado como foi aqui dito e quem avalia tem o seu critério próprio. Agora, quem avaliou não teve nenhuma ordem minha, nem do poder político, para avaliar desta ou daquela maneira. O que acaba, e que foi anulada, é a lista que foi para as Finanças. Obviamente que a majoração que consta da lista também o é, mas não a majoração. A majoração é legal e essa mantém-se, como é evidente. A lista é que tem que ser reformulada, fazendo-se outra em obediência a critérios justos. Portanto, a taxa mantém-se, a majoração mantém-se, esta lista que foi feita ao abrigo desta legislação foi mal feita, está errada e é anulada. Existe um despacho meu, normativo, já feito em colaboração com a Autoridade Tributária, no sentido de que as pessoas que ainda não pagaram podem receber desde que a Autoridade Tributária tenha tempo de anular. Caso contrário serão compensadas no IMI seguinte, como acontece com todos os protestos. Agora, como é que é compensado? É compensado da forma seguinte: Como nós temos dinheiro a receber da Autoridade Tributária, é evidente que vamos receber o dinheiro, menos aqueles que foram anulados. Fique o Senhor Deputado António Capucho a saber que nós, neste caso e em todos aqueles em que erramos, nós emendamos. Depois, sujeitamo-nos às críticas que o Senhor fez. Só é pena é que depois não faça a sua autocritica do erro enorme que, desde 2004 até 2014 cometeram.-----

--- Quanto ao Hospital ainda é mais interessante. Eu esperava que o Senhor Membro da Assembleia Municipal, António Capucho, aqui viesse perguntar quando é que nós temos Hospital? O que é que a Câmara tem feito? ...“Estou preocupado! Estou com vocês na luta que estão a travar”. No entanto o Senhor quer o estudo. Para quê? Quando vai ter o estudo com o protocolo em anexo. Certamente que será para dizer mal como já é habitual. Esta ótica é realmente diferente e é isto que nos separa. -----

--- O **Líder do Grupo SCMA, Deputado António d’Orey Capucho**, referiu: Em primeiro lugar, Senhor Presidente, chamo a sua atenção, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, para que explique ao

Senhor Presidente da Câmara, e não ao Dr. Basílio Horta, que, de facto, o próprio Dr. Domingos Linhares Quintas, Presidente da Assembleia Municipal, se dirige a nós enquanto deputado municipal. Por outro lado, agradecia que lhe entregasse uma cópia do Regimento desta Assembleia, para perceber a utilização da designação de deputado municipal.-----

--- 2º Ponto: Não é verdade, Senhor Presidente da Câmara, que o Grupo Sintrenses com Marco Almeida desejasse o “figurino” absurdo que o Senhor aí levantou. O que nós dissemos, e está escrito, é que o Senhor Presidente da Câmara deveria estabelecer o orçamento participativo de acordo com o regulamento que entendesse mais adequado. Fazia o regulamento juntamente com o executivo e apresentava-o à Assembleia. Não tinha nenhum pressuposto em termos de legalidade. Invocar que agora é que tem dinheiro para o orçamento participativo dá vontade de rir. Senhor Presidente, desculpe que lhe diga, com os superávits de milhões que tem desde o início do seu mandato até agora, tem crescido de uma forma quase tão descomunal com o número de prédios classificados como degradados. Sinceramente, não percebo esse argumento.-----

--- Quanto à questão do IMI, nunca o Senhor Presidente ouviu da minha bancada falar em que a intenção desta majoração disparatada do IMI tinha a ver com a necessidade de compensar a redução do IMI. Nunca falei nisso!-----

--- Em segundo lugar, eu sou eleito para esta Assembleia para fiscalizar a ação deste Executivo. Eu não estou aqui para fiscalizar o executivo do Doutor Fernando Seara. Posso criticá-lo, e o Senhor pode criticá-lo, tem todo o direito de o fazer. Agora, a minha missão é acompanhar a ação deste Executivo e criticar quando é motivo para isso e, também, elogiá-lo quando é motivo para tal. Elogiei-o a propósito da sua decisão de reconhecer que cometeu um erro crasso a propósito desta história da majoração do IMI. Muitos parabéns! Reconheceu publicamente. Era o que faltava que não o reconhecesse.-----

--- Finalmente, em relação ao Hospital, não há nenhum argumento que possa justificar que o Presidente de Câmara, que tem um representante no grupo de trabalho para estudar as questões inerentes à próxima Unidade Hospitalar de Sintra, não receba o resultado final desse estudo. Recebeu informações a propósito do assunto através do Doutor Domingos Quintas, evidentemente que sim. Que o Doutor Domingos Quintas não tenha acesso, ou que não possa entregar o documento, compreendo perfeitamente. Não é a missão dele. Entregou-o ao Senhor Ministro. Agora, que o Senhor Presidente da Câmara não tenha esse relatório, não o requeira e requerendo e obtendo-o não o entregue a esta Assembleia, não faz sentido absolutamente nenhum, qualquer que seja o argumento que o Senhor Presidente queira aduzir. É absolutamente surrealista dizer que não tem que ter esse estudo. Então, não tendo o estudo, como é que negociou o protocolo? Apenas com as informações que recebeu, individualmente, ou provavelmente por escrito do Doutor Domingos Quintas? Não chega! É normalíssimo que tenha que ter o relatório, que tenha que ter o estudo.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Acho que a sua intervenção em relação àquilo que eu disse, “que era um erro”, fala por si. Bem vê a nobreza da sua intervenção e a nobreza com que faz política. Eu vim aqui modestamente dizer que fiz um erro e o corriji. O Senhor vem aqui aproveitar-se do erro para fazer campanha. Vem aqui dizer: “Erro crasso”. Não diz, não vê, ou não quer ver que este erro foi emendado e era melhor, como diz, para não cometer o erro, ocultá-lo. Se calhar, são experiências que nós não temos nem a queremos ter. Portanto, nós cometemos erros e só quem não faz nada é que não os comete. Eventualmente, iremos cometer mais! Haverá duas maneiras de os encarar: Uma é, realmente, com nobreza e a outra é como sempre. Ao afirmar que cometemos um “erro crasso”, em meu entender, não lhe fica bem. -----

--- Quanto ao problema do orçamento participativo, quando o apresentaram aqui a título exemplificativo, era o de Cascais que, na altura, não nos servia. Para fazer outro era necessário emendar, era necessário corrigir, era necessário fazer aquilo que não foi feito e, quando o Senhor membro da Assembleia Municipal vem aqui referir a quantidade enorme de dinheiro que nós temos, eu percebo. Se calhar, queria continuar com as três empresas a darem 13 milhões de euros de prejuízo, por ano. Nós temos o dinheiro e ele não caiu do céu. O dinheiro existe e, mais uma vez, vou explicar-lhe porquê: Porque, quando temos três empresas a dar 13 milhões de euros por ano de prejuízo, temos que as fechar. Em três anos são 40 milhões de euros que poupamos e, quando paga a dívida, paga 4 milhões de euros. Em 3 anos paga mais 12 milhões de euros. Quando faz um corte no fornecimento de 35%, poupa muitos milhões, mas o que é que queria? É melhor estarem nesses bolsos ou aqui? O Senhor tem que explicar. Tem que dizer, porque se o Senhor dissesse que nós fizemos isso cortando no investimento, muito bem, mas não é verdade. Como vai ver, aumentámos em muito o investimento, aumentamos em muito a solidariedade, aumentamos em muito aquilo que tivemos que fazer, portanto, não foi aí, foi na poupança onde o dinheiro estava mal. Quem defende e quem acha estranho é porque queria continuar na mesma. Se nós continuássemos na mesma, o Senhor não vinha aqui criticar isso porque não tínhamos dinheiro. É óbvio. Nós temos o dinheiro porque saiu dos bolsos errados para os bolsos certos, que são os bolsos da comunidade. E tive muitas ajudas para que isso pudesse ser feito.-----

--- Foi declarado o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- Ponto 1.a) da Ordem de Trabalhos: **“Expediente e informações”**.-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (**doc. nº 11**).-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar:**-----

--- Ata nº 02/17 referente à 2ª Sessão Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2017;-----

--- Ata nº 03/17 referente à 1ª Sessão Ordinária realizada em 20 de fevereiro de 2017.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Ata nº 02/17: Aprovada por unanimidade-----

--- Ata nº 03/17: Aprovada por unanimidade-----

--- Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: - **“Eleição do segundo secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Sintra”** – (*Proposta nº 1/AMS/2017*)-----

--- Foi indicada, pelo Grupo Político Municipal do PSD, a Deputada Municipal Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----

.../...

--- **VOTAÇÃO** por escrutínio secreto.-----

--- Votos entrados na urna: 43 -----

--- Votos a favor: 35 -----

--- Votos contra: 02 -----

--- Votos brancos: 06 -----

--- Votos nulos: 00 -----

--- Foi eleita para o cargo de **2ª Secretária da Mesa** da Assembleia Municipal a Deputada Municipal **Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães**.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação em simultâneos os Pontos **3 a 7** da Ordem de Trabalhos.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Vou pedir à Senhora Vereadora Piedade Mendes para fazer, depois, uma exposição mais pormenorizada. Apenas algumas linhas gerais sobre as nossas Contas. Em primeiro lugar, pontos que devem ser retidos: O saldo orçamental acumulado, que tanta “azia” faz a algumas pessoas. Nós temos realmente um saldo acumulado de 74,9 milhões de euros, dos quais resultam 31,3 milhões deste exercício e 43,6 milhões de exercícios anteriores. Se verificarmos o corte de despesa que foi feito nos primeiros dois anos, imediatamente vemos e encontramos este saldo orçamental. Não há milagres. O saldo orçamental resultou, é verdade que pode ser criticável ou não, resultou de cortes profundos que foram feitos na despesa corrente desta Câmara. Fundamentalmente, esses cortes incidiram em prejuízos, como há pouco referi, das 3 empresas que davam entre 3 a 14 milhões de euros de prejuízo por ano. Uma delas, além do prejuízo ainda deixou 14 milhões de euros de dívida que tivemos que pagar. Se nós somarmos os três anos, vezes o prejuízo que deixou de existir, temos logo aqui 40 milhões, imediatamente. Depois, a verdade é que foi necessário também fazer um corte horizontal em todos os fornecimentos da Câmara e da despesa, corte esse que ainda hoje continua a existir. Foi cortada numa média de cerca de 35%. Pergunta-se como é que foi possível cortar 35% e a Câmara continuar a ser abastecida, continuar a ter negócio? Nós passámos a pagar, não a 30 ou 50 dias, mas a dois dias. Esse era um aspeto importante e, por outro lado, a verdade é que nós cortámos mesmo, porque entendíamos que os preços eram elevados. Ainda hoje isso acontece e é surpreendente que, ao olhar-se para a despesa, questionamo-nos se a diminuição da despesa significa menos trabalhos feitos, ou se são os mesmos trabalhos feitos com menos dinheiro? É realmente isso. As taxas de execução de despesas são baixas e são realmente baixas em larga medida, disso dou conhecimento à Vereação, sempre. Era raro o despacho, há dois anos, hoje já não é assim, mas era raro o despacho que tinha com a contratação em que nós não poupássemos 1 milhão, 1 milhão e meio em relação à despesa orçamentada, porque realmente é verdade, a despesa orçamentada estava muito acima da despesa efetiva. A pergunta é esta: Devemos nós, para executar a despesa, pagar mais? Devemos nós, para executar despesa tirar o dinheiro dos contribuintes para dar a quem pode fazer o mesmo trabalho por menos dinheiro? É esta a questão, porque não há nada mais fácil do que executar despesa. Não executa-la fazendo o mesmo trabalho, esse é que é um trabalho difícil. Portanto, há realmente estes saldos orçamentais que, hoje, estão todos em função de despesa comprometida. Hoje, nós temos despesa comprometida em 105 milhões de euros até 2018. Claro que essa despesa comprometida inclui salários, é verdade, mas tem muito investimento, o que significa que

.../...

nem os saldos a cobrem totalmente se pensarmos que pagamos cerca de 48 milhões de euros em termos salariais. Portanto, é verdade que temos estes saldos orçamentais que dão tranquilidade à Câmara e que resultaram desta opção que se fez de cortar realmente na despesa corrente onde nada era justificado. É verdade que acabámos com 25 avenças, talvez mais, pois 25 eram da Câmara e depois, aproximadamente mais 11 ou 12, eram das empresas municipais. Só da Câmara eram 800 mil euros por ano. E a pergunta é: Acabou-se com essas avenças e alguém notou alguma falta? No entanto mantiveram-se aquelas que eram importantes. Mantiveram-se os médicos, os enfermeiros, o elétrico, ou seja, tudo aquilo que era necessário manter-se manteve-se. Agora, nós não podemos desrespeitar o dinheiro dos contribuintes pagando despesas que não são indispensáveis. -----

--- Quanto à Receita, cobrámos 171,1 milhões de euros, uma taxa de execução de 101%. Esta receita diminuiu 15,3 milhões de euros porque nós, este ano, pagámos dívida de 12,5 milhões e, no ano passado, pagámos dívida de 30 milhões. Portanto, é evidente que tendo pago menos dívida este ano, a receita diminui de 15,3 milhões, que é o resultado entre os 30 milhões e os 12,5 milhões que agora pagámos. -----

--- Relativamente a impostos, impostos cobrados foram 85,9 milhões. Os impostos diretos diminuíram 2,4 milhões. O IMI diminuiu 3,4 milhões. Esta diminuição do IMI significou na redução de impostos que fizemos. Esta redução de impostos foi compensado com o aumento do IMT, 1,3 milhões, e foi compensado também com 10,5 milhões de IUC e 7,9 milhões de Derrama, o que é importante, porque isto significa o aumento de investimento. Transferências da Administração Central mantiveram-se nos 49,8 milhões. -----

--- A despesa corrente foi de 107,6 milhões, que significou menos 9 milhões que no início do mandato, em 2013. A autarquia conseguiu ainda pagar 18,3 milhões de euros de dívida bancária em 2016. Para vos dar uma ideia, nós quando chegámos aqui a dívida bancária da Câmara era 79,7 milhões. No final deste ano, será de 14,9 milhões. Eu acho que não é mau pagar a dívida. Pagar a dívida não é ajudar os bancos porque estes querem é ter dívida, porque é aí que eles ganham dinheiro. Pagar a dívida é ter mais liberdade, é ter mais autonomia, é ter mais capacidade de fazer as coisas, e pagá-las em tempo útil. Portanto, realmente pagámos, e neste momento temos 14,9 milhões. No final deste ano de 2017, nós vamos ter 11 milhões de dívidas. Ter pouca dívida é sempre bom, mas, pode não ser. Se amanhã tivermos aqui um grande projeto que valha mesmo a pena endividar-nos, nós não hesitaremos em fazê-lo. Agora, o que não fazemos é pedir à banca 25 milhões de euros para fazer escolas e depois, passado um ano ou dois, entregar o dinheiro, pagar os juros e, além disso, ainda ser multado pelo Tribunal de Contas. Isso não fazemos. No entanto, se realmente já amanhã houvesse um grande investimento que servisse a comunidade toda e que fosse necessário endividarmo-nos, cá estávamos todos para discutir em conjunto. O Hospital não precisa de ter dívida. Nós temos dinheiro suficiente para ter o Hospital sem dívida. Agora, nós queremos explicar cada cêntimo que gastamos, queremos estar abertos à fiscalização por cada cêntimo que gastamos, porque o dinheiro não é nosso, é dos contribuintes. Nós somos fiéis depositários do dinheiro dos outros e temos que explicar cada cêntimo que damos, cada subsídio a fundo perdido, cada investimento. Isto é uma maneira de gerir e que é a nossa. Portanto, como há pouco eu dizia, esta despesa realmente diminui na despesa corrente, a dívida também diminui. Esta libertação de verbas tem sido aplicada no espaço público. Neste momento, estão aplicados um pouco mais de 10 milhões de euros. Depois, para o eixo Verde Azul, 11 milhões de euros a incluir em orçamento futuro. Este é efetivamente um investimento que vale a pena porque é realmente o investimento estruturante de todo o concelho. A Ribeira da Laje, um dos investimentos mais importantes do concelho, pelo valor de 3,6 milhões euros, e que é para agora. O Hospital de Sintra, que há pouco foi falado, são 6 milhões, mas se for necessário mais cá estaremos nós para discutir aquilo que for necessário. A estrada nacional 117, 2 milhões de

euros, sendo 1 milhão de euros nosso e dos SMAS, dado tratar-se de abastecimento de água e da ciclovía. Para vos dar uma ideia em termos de investimento, vou dar-vos alguns números que eu creio que são elucidativos. Nós acreditamos que os grandes investimentos se fazem por empreitada. Nós não acreditamos que investimentos superiores a 150 mil euros possam ser feitos sem ser por concurso público e depois por empreitadas. Não acreditamos que haja outra maneira normal de fazer grandes investimentos. Vou vos dar alguns números: Em 2012, a Câmara Municipal de Sintra lançou 21 empreitadas, no valor de 1,3 milhões de euros; em 2013, lançou 20, no valor de 1,2 milhões de euros; em 2014 lançou 26, no valor de 2,2 milhões de euros; em 2015 já tinha lançado 51, no valor de 3,6 milhões de euros e, em 2016, lançou 92 empreitadas, no valor de 9,6 milhões de euros. Esta é a evolução. Isto não são previsões, é dinheiro pago. Em 2017, este número vai aumentar substancialmente. Creio que no 1º trimestre deste ano já tínhamos mais empreitadas lançadas do que nos anos de 2013, 2014 e 2015. Portanto, nós, pelo terceiro ano consecutivo, crescemos nos valores de investimento direto e este é o sentido que vai continuar até ao fim do nosso mandato. Mas é um investimento que nós podemos explicar onde é aplicado. Não é a pagar prejuízos, não é a pagar salários indevidos, não é a pagar juros indevidos. É a fazer investimento que cria emprego e que projeta Sintra para o lugar onde está neste momento. Sintra, em termos de investimento, era o 17º concelho e, neste momento, é o 8º. Em termos de qualidade de vida, era o 7º e, neste momento, é o 4º. Ainda não estamos contentes! Ultrapassamos Oeiras, Braga, mas ainda não estamos contentes. Numa competição saudável, temos Lisboa, Porto e Cascais à nossa frente. Nós estamos em 4º lugar. Mas na transparência, que é aquilo que mais nos diz, éramos o 198º e agora somos o 18º. Também é necessário ir mais longe, não temos em conta que este ano vai ser diferente. Esperamos dizer que tudo isto tem a ver com as contas. As contas são o reflexo de tudo isto. Daí, como anteriormente disse e volto hoje a dizer, tenho orgulho em apresentar estas contas. Com 40 anos de vida pública tenha esta sorte de ter uma grande equipa. Realmente é esta a capacidade de nós podemos dizer: “isto é serviço público”; “não são só os privados que sabem gerir, isto é serviço público, é Estado, também sabemos fazer quando queremos fazer”. -----

--- Relativamente à despesa corrente, houve um item que aumentou: Pessoal. Aumentamos 1,6 milhões nesta área porque cumprimos com alegria as decisões do Governo de acabar com que os limites e com aquilo que existia nos salários mais baixos, que era uma vergonha. Quando nós temos um varejador, talvez uma das profissões mais duras, a andar com uma vara no meio do esgoto e a ganhar 600 euros por mês! Também pagamos com gosto às novas pessoas que vieram para a Polícia Municipal. Nós tínhamos 16 polícias quando chegámos, hoje temos 78, o que é importante para a segurança. Cerca de 33 novos cantoneiros Mais arquitetos e engenheiros que vieram reforçar os nossos quadros. Foi necessário reforçar os nossos quadros, porque nós acabámos com o *outsourcing*. Aquilo que podemos fazer cá dentro nós fazemos, em vez de, como se viu na SUMA, estarem 20 anos sem concurso. Isto é aquilo que nós fizemos e que não era feito. Todos os projetos que não sejam de especialidade são feitos aqui. Os projetos são feitos em “casa”, e para isso temos que ter projetistas, temos que ter tipógrafos. Portanto, isto justifica a Câmara ter mais funcionários, o que é bom porque cria emprego definitivo e não precário. -----

-- A nossa Câmara tem uma autonomia financeira de 87%, número um do país, o que muito nos honra. Temos um índice de solvabilidade de 668%; Temos honra disso. Nós temos uma liquidez, que é reduzida de 7,3. A dívida por cada um dos nossos habitantes é de 68,51 euros. É mau? A Senhora Vereadora agora, na sua intervenção, melhor do que eu o dirá. -----

--- A Vereadora **Maria da Piedade de Matos Pato Mendes**, referiu: Vamos apresentar aqui as últimas contas deste mandato. Quero, como sempre faço, agradecer às equipas que trabalharam nos relatórios,

que tão bem trabalharam, porque tecnicamente os relatórios são exemplares, aliás, quem o diz também é o revisor oficial de contas. Portanto, quero agradecer à Dr.^a Lúdia e à sua equipa, por parte dos SMAS, à Dr.^a Susana Sousa e à sua equipa, por parte da Câmara, que têm sempre feito um trabalho exemplar, o que ajuda muito este executivo. -----

--- Relativamente à execução orçamental, o Senhor Presidente já referiu que a receita cobrada foi uma receita em revisão, porque houve incorporação de saldo de gerência. Portanto, a receita cobrada revista foi de 171 milhões que gerou e que também teve uma despesa de 139,7 milhões. Do total da receita cobrada, que foram 158,4 milhões, dividem-se em 155 milhões de receita corrente e 3,4 milhões de receitas de capital. 12,7 é a incorporação do saldo de gerência. A estrutura da receita, no global, diminuiu 15,3 milhões, sobretudo porque se incorporou menos saldo de gerência em 2016 do que em 2015. Portanto, já foi referido também pelo Senhor Presidente que em 2015 tínhamos incorporado 31 milhões de saldo de gerência, em 2016 incorporamos 12,7 milhões. Portanto, há aqui uma diferença na estrutura da receita de menos 15,3 milhões. Os impostos diretos também contribuíram para uma baixa de 2,4 milhões. A receita sobre os impostos diretos está repartida e baixaram num total de 2,4 milhões, o que teve a ver essencialmente com a baixa do IMI, que em 2016 baixou de 0,39 para 0,37, uma proposta feita em 2015, mas que baixou em 2016 e que se repercutiu em 3,4 milhões. Como se pode ver, não é influenciada pelo valor das majorações, não tem qualquer influência porque o valor é bem expresso. A derrama tem também uma pequena variação porque, em 2014, a última receita que tivemos da derrama influenciou porque veio só em 2015. Portanto, influenciou em 2015 como em 2016, Só tivemos receita da derrama em 2016, por isso tem a variação negativa. Nas transferências obtidas praticamente o valor não se alterou, no entanto, há uma redução na educação que tem a ver com as atividades de enriquecimento curricular que passaram, como sabem, a serem feitas pela Administração Central. A evolução da despesa paga foi 139,7 milhões euros, da qual 107,6 milhões é despesa corrente e 32,1 milhões é despesa de capital. O acréscimo da despesa corrente tem a ver essencialmente com despesas de 1,6 milhões com pessoal, como o Senhor Presidente referiu, mas também porque o salário mínimo nacional foi atualizado, o que influenciou, e ainda porque em 2016 já tínhamos as internalizações de forma plena. Portanto, em 2015 ainda tínhamos algumas empresas a serem internalizadas, agora a despesa já está toda estabilizada e tudo o que diz respeito à atividade corrente, e que tinham nas empresas, passou em pleno para a Câmara. Portanto, sobe também um pouco a despesa corrente. Existe também outro fator importante. Em 2016, a despesa corrente também aumentou, porque pagámos 2,4 milhões à SUMA. Foi o tal processo que esteve em tribunal arbitral e que o tivemos que pagar por decisão do tribunal, relativamente a serviços feitos sem contrato e que, dessa forma se resolveu o pagamento. No entanto, temos uma redução da despesa de capital, que tem a ver essencialmente com a dívida bancária que pagámos, em 2015, referente à Cacém Polis, 28 milhões de euros mais as amortizações normais dos empréstimos. Em 2016, pagámos a dívida à Caixa Geral de Depósito, no montante de 12 milhões e meio. A estrutura da despesa de funcionamento totaliza 83,3 milhões, menos 13,7 milhões que em 2015. Ainda assim, com os aumentos de pessoal que já vimos, baixa tudo com aquela situação da amortização de empréstimos que tem vindo sempre a influenciar, quer a despesa na incorporação de saldo de gerência, quer a receita, quer a despesa por força das amortizações dos empréstimos. -----

--- Quanto às GOP, as que estão afetadas às funções sociais são aquelas que mais utilizam a receita que vem da Câmara e, por isso, geram a despesa. Temos principalmente as funções sociais com 34,2 milhões. As transferências correntes correspondem a 27% da despesa paga e tem a ver essencialmente com a educação, a ação social, o apoio às Juntas e aos Bombeiros. A dívida total da Câmara baixou de forma bem visível. Durante o ano de 2016, o município diminuiu a dívida total em 22,3 milhões. -----

--- A situação patrimonial da Câmara é esta. Para mim também é um orgulho, assim como o é para o Senhor Presidente e para todo o Executivo, olharmos para o passivo. Quando olhamos para a situação patrimonial vemos o ativo, os fundos próprios e, depois, ao vermos o passivo, acho que é um orgulho para qualquer executivo apresentá-lo e aos rácios que temos. Como o Senhor Presidente também já referiu, a solvabilidade e autonomia financeira mostram bem que não há qualquer tipo de dependência deste município para com a banca, com o Estado ou outros credores. -----

--- Relativamente aos SMAS, começo por referir que é, também, um orgulho termos na nossa esfera do município os Serviços Municipalizados a alcançarem, como tem vindo sempre a acontecer, um crescimento a nível da certificação. Neste momento, temos a certificação de qualidade para todas as atividades, seja na qualidade, no ambiente ou na segurança, o que é um orgulho para todos nós. -----

--- Como sabem este Executivo nunca disse que não havia projetos dos SMAS. Quando nós chegámos os SMAS tinham projetos, ao contrário da Câmara. Como existiam projetos tem sido mais fácil a execução dos investimentos pela simples razão que já estavam a decorrer. Entretanto, outros já foram lançados por este Conselho de Administração e por este Executivo, mas na realidade esta situação que referi torna mais fácil a execução. -----

--- Na execução do plano plurianual de investimentos, em 2016, temos duas grandes obras como as mais relevantes, quer na rede de águas de abastecimento, quer na rede de esgotos, nomeadamente, em São Pedro e Algueirão, no valor de oito milhões, trezentos e cinquenta mil euros. E, ainda, Almornos e Godigana com um valor aproximado de 3,7 milhões de euros. Houve, também, uma aposta muito grande dos SMAS, com a qual igualmente nos orgulhamos, que é a questão do combate às perdas de água. Quando nós tomámos posse, falava-se muito que os SMAS tinham muitas perdas de água. Na realidade, tem-se combatido esta situação e o volume de água não faturado é o mais baixo dos últimos 20 anos. Isto quer dizer que as perdas são muito menores e isso também tem a sua implicação naquilo que se consegue ganhar, porque o custo da água não é diretamente proporcional àquilo que se suporta, dado que as perdas são menores. Os SMAS, em 2016, tiveram prejuízo, mas é um prejuízo que se compreende, porque no ano passado o lucro relativo a 2015 foi transferido para a Câmara, como decorre da lei. Portanto, o lucro veio para a Câmara e o SMAS partiu de novo do zero. Partindo do zero, em 2016 comprou menos água à EPAL, porque há menos perdas de água, portanto, há menos necessidade de comprar. Comprámos menos 3% de água. O encargo, ainda assim, aumentou 4,4% porque a água foi mais cara para os SMAS, em 7,7%, preço unitário. Ou seja, os SMAS suportaram quase 600 mil euros de custo de água que não debitaram aos clientes. Isto é muito importante. Foi uma decisão do Executivo a de não fazer repercutir o aumento na fatura da água, à imagem do que se passa com o saneamento. Com a situação de acabar com a Sanest, houve um maior encargo para os SMAS, na ordem dos 209 mil euros, que também não foram transferidos para os clientes dos SMAS. -----

--- Ao nível das responsabilidades sociais, os SMAS continuam a suportar ou, pelo menos, a não receber, a não terem proveito direto com aquilo que dão às pessoas que mais precisam, portanto, às várias classes sociais que se enquadram na tarifa social. Em resumo, os SMAS, com o aumento da água e do saneamento, e de tudo aquilo que não debitam porque têm tarifas sociais, suportaram como custo, um milhão, quinhentos e seis mil euros. -----

--- Para terminar, acresce dizer que também nos SMAS se verificou uma forte política de recursos humanos, para além das atualizações dos salários mínimos e de tudo aquilo que foi feito na Câmara a nível dos cortes que foram desaparecendo ao longo do ano. Para além disso, os SMAS também incrementaram e aumentaram a rubrica dos custos com pessoal porque realizaram 43 processos de mobilidade intercarreiras, e também houve 31 trabalhadores em regime de mobilidade intercategorias.

Penso que quando há esta preocupação com os recursos humanos de qualquer entidade é também sempre de louvar e motivo de orgulho para todos.-----

--- O **Deputado Domingos Manuel Miguel Rodrigues**, do **Grupo SCMA**, referiu: A propósito da prestação de Contas de 2016 – a última que discutimos no mandato em curso – reafirmamos a posição expressa logo após a nossa tomada de posse, a saber: em princípio, não seria pelos eleitos do movimento independente “Sintrenses com Marco Almeida” que a Câmara deixaria de ver aprovadas todas as propostas relativas aos orçamentos e contas que nos submetesse. Apesar de nos assumirmos sem rodeios como oposição, somos uma oposição responsável e, repetidamente, fomos coerentes com aquela posição. Consequentemente, vamos abster-nos nas propostas em apreciação. A análise das contas de 2016 proporciona-nos mais uma oportunidade para recordarmos em termos gerais o que a maioria - ou seja, Presidente da Câmara e Vereadores com competências delegadas do PS, do PSD e da CDU - prometeu para o exercício em causa e aquilo que concretizou. Esta Câmara Municipal assumiu opções que naturalmente se refletiram na atividade da autarquia, das juntas de freguesia, das escolas, das empresas, das instituições, da sociedade civil e dos sintrenses em geral. E haverá um tempo, bem próximo, para o julgamento soberano dos cidadãos sintrenses. E desde o início do mandato, a opção estratégica fundamental, também espelhada nas contas em apreciação, revela a coerência do Executivo, caracterizada por uma radical visão economicista e financeira na gestão de recursos municipais. Esta lamentável opção traduziu-se numa progressiva acumulação de riqueza, não para aplicar em projetos de desenvolvimento nem para redistribuir pelos que pagam impostos, mas sim para improdutiva aplicação no sistema bancário. Somos muito críticos desta estratégia e não deixamos de estranhar que o Executivo, ao fim de quatro anos de mandato, se venha congratular por apresentar um saldo orçamental acumulado de 75 milhões de euros e um investimento praticamente nulo na melhoria das condições de vida dos sintrenses.-----

--- Pode dizer-se que aquele saldo, comparando com a generalidade dos municípios e tendo em conta a receita obtida por cada um, é desproporcionado e mesmo gigantesco, o que nos parece simplesmente inaceitável. Inaceitável porque não se pode admitir que os 83 milhões de euros cobrados em impostos não sejam aplicados no cumprimento das competências municipais e sirvam predominantemente para engordar as contas bancárias da Câmara. Inaceitável, porque não se pode aceitar que, entre receitas cobradas e verbas de anos anteriores, se consiga gerar cerca de 214 milhões de euros e apenas se tenha capacidade para investir 4% desse valor na melhoria das infraestruturas, nas escolas, nos espaços verdes, nos espaços desportivos e em todas as áreas de efetiva competência municipal, que tanta falta vão fazendo, designadamente, como consequência do desinvestimento nestes últimos anos. De facto, entre 2014 e 2016, a Câmara arrecadou 246 milhões de euros em impostos diretos pagos pelos sintrenses e realizou investimentos de, pasme-se, apenas 20 milhões de euros. Estes números traduzem o imenso desperdício de oportunidades de desenvolvimento que este mandato representou para Sintra e o atraso que revela face à generalidade dos Concelhos, nomeadamente os Concelhos vizinhos. Estes investiram uma parte incomparavelmente mais significativa das receitas que lhe foram confiadas pelas populações respetivas, contribuindo assim para uma melhoria apreciável das condições de vida nesses municípios. Para mais, a agravar a manifesta incapacidade revelada em concretizar investimentos estruturantes e de efetiva mais-valia para Sintra, este Executivo revelou igualmente uma negativa capacidade de gestão, ao aumentar constantemente os custos de funcionamento, que atingiram neste ano um valor recorde de 65 milhões de euros. Mais receita, mais depósitos bancários, mas muito menos investimento, a par de agravamento das despesas de funcionamento. Importa sublinhar, neste quadro,

.../...

que o aumento de 2,5 milhões de euros no funcionamento da estrutura da autarquia foi feito à custa da redução, por exemplo, de cerca 1,5 milhões de euros em transferências e subsídios atribuídos às freguesias, às famílias e às associações de cariz social, cultural e desportivo do Concelho. Nesta Câmara, com muitos milhões nas contas bancárias, não se fez uma escola nem, tão pouco, uma requalificação integrada de um equipamento escolar; não se concluiu um equipamento de saúde; não se abriu um eixo rodoviário; não se instalou uma unidade de apoio às forças de segurança. Nos últimos quatro anos não se fez nada de relevante, ou quase nada, até há poucos meses, altura em que a Câmara, no seu desespero eleitoralista, recorre ao alcatrão e à sinalização horizontal para tentar mostrar serviço e disfarçar a paralisia anterior. Em 2016, o excedente orçamental revela o que não se fez. Se os números de 2015 foram maus, os de 2016 conseguiram ser ainda piores, como se evidencia pelos seguintes dados: O município gerou um excedente orçamental de 75M€; As disponibilidades financeiras ultrapassam os 78M€; O investimento de 9M€ representa apenas 4% da receita arrecadada no ano e na acumulada em bancos; As despesas de funcionamento voltaram a aumentar 2,5M€; As despesas com a Educação ficaram-se pelos 10,7M€, valor muito inferior à média de 27M€ investidos anualmente neste sector nos dois mandatos anteriores; As despesas com a Ação Social situaram-se nos 2,6M€, o que representa apenas 1,2% das receitas arrecadadas; As despesas com a 3ª idade foram de escassos 43 mil €; As despesas com o turismo não foram além dos 430 mil €, ou seja, para estimular a principal atividade económica do Concelho, a autarquia investiu apenas 0,2% das suas receitas; A Infância foi contemplada com menos 36,4% face ao previsto e a 3ª idade, com menos 52,7; Também o património histórico-cultural conheceu uma redução de 46,9%. Mas esta avareza conheceu uma exceção gritante e escandalosa em 2016, pois cresceu 79,8% na área da Comunicação e Imagem, fruto de uma opção manifestamente eleitoralista, que chega a assumir expressões ridículas em certos suportes que a Câmara utiliza. -----

--- Mas a incompetência da Câmara revela-se expressivamente também na baixa taxa de execução da despesa face aos valores orçamentados, pois quedou-se pelos 82,5%, apenas mais 1% de acréscimo face a 2015. Vejam-se, a este propósito, alguns números que ilustram o nível ridículo das taxas de execução nos seguintes sectores: Gabinete Médico-Veterinário: 29,0%; Departamento de Obras Municipais: 51,3%; Divisão de Trânsito e Mobilidade Urbana: 31,7%; Serviço de Iluminação Pública: 33,9%; Rede Viária e Transportes: 41%; Departamento de Solidariedade e Inovação Social: 55,1%; Divisão de Saúde e Ação Social: 65,2%; Departamento de Cultura, Juventude e Desporto: 63,4%; Divisão de Habitação: 22,0% (dos 101 mil orçamentados para beneficiação e recuperação de fogos, foram executados 8 mil e no Plano Global de Recuperação de Fogos, num total orçamentado de 692 mil, foram executados 102 mil). No Programa de Alargamento da Rede e Melhoria de Equipamentos Sociais apenas se investiu 72 mil dos 282 mil previstos. Na Educação, nas obras de recuperação e beneficiação, dos 1,5 milhões previstos foram executados apenas 787 mil, e nos refeitórios, inicialmente com uma previsão de 782 mil, foram executados só 313 mil euros. -----

Finalmente, no que se refere às taxas de execução, através de habilidosa engenharia contabilística, foram omitidos nada menos do que 43M€ dos saldos dos anos anteriores. Caso tivessem sido incluídos, como deveriam ter sido por inteiro e a meio do ano, em sede de revisão orçamental, as taxas de execução seriam ainda bem menores: 79,9% na Receita e 65% na Despesa. -----

--- Senhor Presidente, o que antecede revela, sem possibilidade de desmentido, que a banca voltou a ser a campeã das prioridades deste Executivo, enquanto as funções sociais não passaram de parente pobre. Reduzir a carga fiscal e alargar o investimento passaram ao lado das prioridades desta gestão. As contas em apreço demonstram que há margem para fazer mais, mais e melhor. Perante os resultados apresentados, não restaria ao Presidente outra opção que não fosse a de assumir perante os munícipes a

sua responsabilidade, pelos números em causa e o que eles revelam em termos de estratégia na condução dos destinos do Município. Mas eximiu-se a isso nos documentos em apreciação, nos quais, a ausência de um texto introdutório subscrito pelo Presidente indicia precisamente a tentativa de se distanciar.-----

--- Da nossa parte, continuaremos a assumir todas as nossas responsabilidades. Ao longo deste mandato marcámos as nossas diferenças e assumimos os nossos compromissos perante os sintrenses.-----

--- Senhor Presidente, o nosso Concelho exige uma nova estratégia de desenvolvimento sustentado, geradora de energias mobilizadoras e transformadoras. Sintra e os Sintrenses merecem uma alternativa abrangente, que agregue a sociedade civil e as suas instituições representativas, em ordem a melhorarmos progressivamente a qualidade e o nível de vida de todos, com especial atenção aos mais desfavorecidos. É pelos sintrenses que aqui estamos. É com eles que aqui estaremos.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu não vou responder a esta intervenção porque a desonestidade intelectual é tão grande que não merece resposta. Mas há um caso que não posso deixar de referir, quando diz que a comunicação social aumentou 79,7%, para mostrar como nós temos cartazes aí por todo o lado pagos pelos contribuintes, o Senhor Deputado disse isto. Foi explicado ao seu grupo na vereação que esta verba incluía os brindes, tinha 75 mil euros das botas para os bombeiros e a parte da comunicação social era diminuta. Isto foi explicado e o Senhor vem aqui com a mesma “cara” dar a entender às pessoas que isso foi feito em comunicação social e propaganda. Os cartazes, zero! Nós não gastámos um tostão em cartazes, e quando gastarmos alguma coisa vamos dizer onde é que fomos buscar o dinheiro. Não vamos ocultar-nos, nem calar-nos. Agora, o que vou dizer-lhe é que isto revela, e é “cara” de toda a sua intervenção, e quando a termina, acho que tem razão numa coisa, acredito que os eleitores vão escolher e podem escolher livremente. Vocês têm dezasseis anos de Câmara, doze, mais quatro. É muito simples: Quem quiser voltar para trás, para a bondade que acaba de dizer, votem em vocês; Quem estiver bem com o que aconteceu, votem em vocês. Agora, quem quiser uma Câmara aberta para o futuro, sólida, independente, de “cabeça levantada” em todo o lado, transparente, essa é que é a alternativa que os sintrenses vão ter. Não é outra! Vocês têm dezasseis anos. Querem ter mais quatro? Querem ter vinte anos de Câmara? Há dois projetos realmente muito diferentes. E o Senhor foi, aqui, claríssimo naquilo que disse. Há este projeto da mistificação, onde as despesas não estão executadas, depois de eu ter dito por diversas vezes que entre a despesa executada e a despesa orçamentada vai um abismo, porque se poupou. Disse isto várias vezes. Por exemplo, o caso de uma estrada em Casal de Cambra, que esteve para a ser feita durante anos e anos, que estava orçamentada em 800 mil euros, e nós fizemo-la por 300 mil euros. É um exemplo, e poderia dar-lhe outros exemplos por todo o Concelho. Vem aqui dizer exatamente isto e não diz o que é que foi feito com menos dinheiro. Depois fala nos subsídios. Subsídios a fundo perdido para ganhar votos? Não contem connosco! Este discurso que o Senhor faz é a “cara” da sua intervenção. É a mistificação. É abusar da ignorância das pessoas e as pessoas não são tão ignorantes como o Senhor julga. As pessoas irão decidir em liberdade e nós estamos muito tranquilos com a decisão que for tomada.-----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: Eu vou limitar-me a falar sobre as contas dos SMAS porque, na verdade, há aqui algo que, como se diz corriqueiramente, “não bate a bota com a perdigota”! Depois da análise detalhada sobre o documento, permito-me dividir a minha intervenção em duas partes:-----

--- A primeira para transmitir que, da parte do CDS/PP, da leitura que transparece do documento entregue,

verificamos que existem situações que lastimamos que tenham acontecido nos SMAS de Sintra. Passo a explicitar o que retiramos do relatório em relação à redução de atividade em áreas como, por exemplo, no atendimento em balcão, que desceu 7,5%; informações – 25%; solicitações – 19%; intervenções domiciliárias – 1,7%; ordens de serviço abertas – 8,2%; intervenções concluídas – 15,5%. Para além disso, o número de faturas devolvidas cresceu 71%. Com tudo isto, é também de mencionar que o custo por unidade de água à EPAL – como já foi referido pela Senhora Vereadora – cresceu 7,7%. Mas também é verdade que os SMAS reduziram a captação própria em 23,9%. Há, aqui, um dado que também me deixa alarmado, em termos de indicadores de gestão, que é o facto de não terem sido atingidos 35% dos objetivos do sistema de qualidade. Isto que mencionei sublinha que algo, durante a gestão dos SMAS no ano transato, não funcionou corretamente porque estou só a falar em negatividades. Portanto, há aqui algo que me deixa, e ao meu partido, preocupado.-----

--- A segunda parte da minha intervenção tem a ver com a questão das contas. Eu peço desculpa à Senhora Vereadora – e assumi “*mea culpa*” – porque não tive tempo de as ver. Mas tive a preocupação, com o meu partido de analisar, posteriormente e com o devido detalhe, como é timbre do meu partido ao fazer uma análise rigorosa sobre os documentos. Na verdade, se reportarmos ao documento em relação à página 3, verifica-se que a redução de proveitos não foi de 718, mas de 38 723€. Mais uma vez menciono que está explicitado no relatório que recebemos, sendo perfeitamente visível que houve aqui um lapso, que está perfeitamente subjacente ao documento que nos foi entregue. Isto, depois, reflete-se no aumento de custo e na diminuição das receitas, que em vez de totalizarem 1,5 milhões, totaliza 827 000€. Talvez não fosse despendendo – e deixo aqui esse requerimento – que este documento baixe novamente à Comissão. Na verdade, acho que há aqui um erro grosseiro, o que não devo deixar de sublinhar porque estamos a falar de macro números que advêm do relatório da atividade dos SMAS de 2016, que carecem novamente de uma verificação. De facto, quando isto é apresentado, é nítido que há aqui algo que não está correto. Sinceramente, parece-me que não estou errado – nem quem verificou – estes números. Também gostava de sublinhar o seguinte: Os itens de custo cresceram e concorrem, significativamente, para a passagem de um lucro de 1,3 milhões de euros, em 2015, para um prejuízo de 400 mil euros. Falando, mais uma vez, numa macro análise feita por nós, foram:-----

---- Nos custos de mercadorias vendidas, onde houve um incremento do custo de água fornecida pelos SMAS;-----

--- Nas amortizações, aspeto já aqui focado mas que é devido à aquisição dos contentores não utilizados e que estão armazenados na ETAR de Colares, relacionado com aquela abordagem para se passar, nas cidades de Queluz e Cacém, para outros meios de recolha e que, como não foi feito, fez com que esses contentores tenham ficado parados, sem qualquer utilização;-----

--- E também nos custos com pessoal. Neste caso, há aqui uma situação que é de sublinhar, que é a questão da área operacional de recolha de resíduos, não existindo – como não se justificava – incremento de circuitos, entraram mais 43 pessoas, que foram admitidas no âmbito desta nova estratégia de recolha de resíduos sólidos.-----

--- Portanto, é isto que, de facto, atinge depois no seu todo 750 000 €. Estou a cingir-me a uma leitura de números, que depois se configuram através daquilo que foi a ação dos SMAS de Sintra, verificando-se depois os resultados que aqui mencionei. Concluo, deixando a possibilidade em aberto à Mesa para a baixa do documento à Comissão, face a esta discrepância de números, que são perfeitamente visíveis, e a este erro de valores do documento.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que no presente mandado a Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património tem reunido com o Revisor Oficial de Contas para apreciação das Contas. Nestas reuniões, que contam com a presença dos técnicos da Câmara e dos políticos da Câmara, é pena que as questões técnicas, que não as questões políticas, não sejam colocadas, quer aos técnicos quer ao Revisor. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O Senhor Presidente da Assembleia “tirou-me as palavras da boca”. Nós somos confrontados aqui com problemas de um momento para o outro, mas eu acho que o importante é o esclarecimento. Nós temos aqui a Diretora responsável pelas Contas. Se o Senhor Presidente der licença, uma vez que há divergências, o que é grave, era bom que quem foi responsável por as elaborar possa dar uma explicação. A doutora Lídia está presente e eu solicito que nos possa dar essa explicação, porque é uma explicação puramente técnica. -----

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: A minha bancada também gostaria de ouvir as explicações porque realmente trata-se apenas de uma questão de explicação, pois olhando para as Contas, elas parecem não bater certo mas, se calhar, estamos a ver mal. -----

--- A minha bancada não tinha vontade de votar contra as Contas do SMAS, até porque isso implicaria subsequentemente uma votação contra nas Contas Consolidadas, o que não é nossa intenção. Realmente, erros técnicos nós depois assumimo-los enquanto membros da Assembleia Municipal, mas não podemos estar aqui a assumir ilegalidades se efetivamente se confirmar. Efetivamente, na página 3, é dito que em 2016 os tarifários sociais representaram uma redução de proveitos de 718 mil euros e, no quadro onde apresentam as contas do impacto da aplicação dos tarifários codificados, refere que o impacto financeiro da aplicação dos tarifários familiares de 2015 é de 693.297,99 euros, em 2016, de 659.634,68 euros, o que dá uma diferença de 33.663 euros, a juntar à aplicação dos tarifários familiares de 63.687,87 em 2015, 58.628,04 em 2016, o que dá uma diferença de 5.060 euros. Ora, 33.605, mais 5.060, dá 38 mil e tal e não 718. Por isso mesmo é que realmente gostaríamos de ouvir a explicação, e se a explicação não for suficiente, o documento terá de ser novamente revisto. Esta foi exatamente a minha primeira dúvida, assim como é que o ROC não o viu. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para dizer que tem toda a razão. Tem que haver uma explicação. É evidente que não se pode aprovar um documento assim. -----

--- O **Deputado Basílio Martins, do Grupo SCMA**, referiu: Venho falar mais uma vez sobre a prestação de contas dos SMAS de 2016. -----

--- Além do erro que já foi detetado, o nosso Movimento vem expressar a sua preocupação com a evolução negativa dos resultados dos SMAS, conforme constam do relatório de prestação de contas de 2016. Mantém-se a nossa perplexidade face à falta de rigor na elaboração dos orçamentos anuais, com proveitos sobrestimados com base em pressupostos que não conhecemos mas, certamente irrealistas. Chamámos a atenção para esse facto, aqui nesta Assembleia, e a prestação de contas vem mostrar que, infelizmente, tivemos razão na nossa apreciação. Portanto, quando foi apresentado o orçamento de 2016 para a água, na tarifa variável, estava-se a prever 23,9 milhões de euros. O real de 2015 tinha sido de 13,9. Agora, só temos realizado 18,7. Mesmo tendo em conta esse pressuposto de aumento de clientes,

etc., o orçamentado para 2017 também foi para 23,3, ou seja, sempre acima dos 20 milhões. E na tarifa fixa passam-se coisas semelhantes. Portanto, penso que há aqui alguma falta de rigor. Este ano, o resultado líquido foi negativo em 403 mil euros. Isto são números, portanto, não há aqui nada a refutar. Mas bem pior foi a evolução do resultado operacional, e esse é o mais preocupante porque tem a ver com o *core* da empresa, negativo em quase 2 milhões de euros, sobretudo devido ao aumento dos custos operacionais em 1,5 milhões de euros. Este valor é na realidade muito influenciado pelo aumento do custo das matérias-primas, ou seja, a tarifa da água paga à EPAL, a qual não foi repercutido nos clientes. Não sei durante quanto tempo se pode manter essa opção. Neste capítulo, o resultado poderia ter sido ainda pior não fosse o controlo ativo de fugas e a redução de água não faturada em cerca de 0,7 milhões de metros cúbicos. Ainda assim, apesar de ser um esforço louvável, e eu defendo sempre muito a redução da água não faturada, como é normal. Ainda assim, apresenta no balanço hídrico um valor de cerca de 25%, o que é demasiado alto. Também as amortizações do exercício tiveram um crescimento de mais 0,4 milhões de euros, que eu não tinha percebido de onde é que vinham, mas agora o nosso colega do CDS falou nos contentores. Portanto, eu não tive tempo de indagar esta situação, e por isso estranhei o aumento das amortizações. -----

--- Os indicadores económicos e a estrutura do balanço dão bem nota da deterioração da situação económica e financeira da empresa, com ativos a reduzir seiscentos e setenta e oito mil euros e os fundos próprios, um milhão e cento e oitenta e cinco mil euros. As possibilidades reduziram-se em dois milhões e duzentos mil euros e, portanto, aqui não há crescimento de contas bancárias, ao contrário da Câmara. O passivo cresceu meio milhão de euros, o *ebíta* desceu 16%, os meios libertos brutos cresceram 14%, os meios libertos brutos sobre os proveitos desceram 2,1 pontos percentuais, a rentabilidade dos fundos próprios passou de 1,58 positivo para menos 48% e o VAB por trabalhador, menos 9%. Portanto, estamos a assistir a uma situação em que paulatinamente está a verificar-se uma deterioração da situação económica e financeira dos SMAS e, portanto, alguma coisa tem que ser feita. Somando a isto, a redução de atividades e o não atingimento de objetivos do sistema de gestão da qualidade, que aqui já foi referido. Portanto, é com este quadro de deterioração da situação da empresa que o nosso grupo político se preocupa e vem, mais uma vez, perguntar: Que linhas de orientação estratégica irão ser seguidas? Que medidas irão ser tomadas para que a situação se inverta? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Apenas uma pequena nota. Bem-vinda a preocupação do seu grupo com a saúde financeira dos SMAS, quando durante anos nunca pagaram os pluviais, deixando os SMAS numa situação tremenda. Quando nós chegámos, tivemos que pagar mais de 1 milhão de euros. Depois, quando a gestão anterior foi ao SMAS buscar 9 milhões de euros de dividendos, dos quais 3 milhões para pagar vencimentos e outras dívidas atrasadas. Está escrito! Portanto, essa preocupação, realmente ainda bem que agora a têm. -----

--- Em relação ao défice orçamental, a Dr.^a Lúcia vai esclarecer. Mas lembro-me, e creio que ainda não o disse, nós temos 600 mil euros de água. Agora, se fôssemos seguir aquilo que o Doutor Marco Almeida queria e disse tantas vezes: "Desçam o preço da água"! Eu queria ver quanto é que era o défice. Realmente nós não crescemos, mas este aumento que foi feito por força da legislação do Governo anterior, e que muito mais seria se realmente não tivesse sido mudado completamente o sistema, nós íamos ter aumentos de 40%/45% e aí eu queria ver o que iria dizer. Nós conseguimos 600 mil euros para não aumentar a água aos consumidores. O saneamento aumentou 209 mil euros; Custo de pessoal também aumentou por várias razões. A tarifa social foi de 750 mil euros. Portanto, se somar isto tudo, vai ver que dá 1,6 milhões de euros. Outra questão é a dos investimentos enormes que os SMAS estão a

fazer: São João das Lampas, 6 milhões; São Pedro de Sintra que em pleno século XXI não tinha saneamento; A obra enorme que está a ser feita nas oficinas dos SMAS, um investimento à volta dos 3 milhões de euros. Portanto, os SMAS são um ativo precioso da Câmara de Sintra e não vale deteriorá-lo. O SMAS é considerado o melhor serviço de abastecimento de água e de saneamento do país. Que possa ter erros, quem não os tem, mas deixe que lhe diga, não tem dívida bancária. O investimento aumentou em muito, por aquilo que se vê na rua e por aquilo que se sente no concelho. -----

--- O **Deputado Basílio Martins**, do **Grupo SCMA**, referiu: Peço desculpa, Senhor Presidente, eu estava com aquele ímpeto de o interromper. Na verdade não queria interrompe-lo, mas nós estávamos os dois a dizer a mesma coisa. O Senhor Presidente não referiu um único número diferente daqueles que eu disse, por isso é que eu estava a dizer, isto aqui são números e são irrefutáveis. Eu até disse que é de louvar a política de redução de perdas e que as estão a reduzir, e muito bem. No entanto, continuam altas, em cerca de 25%. O que o Senhor Presidente não respondeu foi à minha última questão, sobre o que é que se está a pensar fazer para que esta situação de empobrecimento e de estarmos a piorar os indicadores financeiros e de solvabilidade não continue. -----

--- O **Deputado Hernâni Manuel Marques de Carvalho**, do **PSD**, referiu: Eu só venho aqui dizer que o Senhor Presidente da Câmara, provavelmente, corre o risco de entrar para a história por ser o único que publicamente é apontado como mau gestor por ter dinheiro a mais e por ter poupado dinheiro! Eu acho que V.Exa. tem que se preparar para entrar nos anais! Talvez por ter uma gestão partilhada entre o Partido Comunista, o PSD e o PS – não sei se por isso – mas V. Exa. corre o risco de entrar para os anais da história. A maioria dos Presidentes de Câmara são criticados porque fazem muita dívida, e V.Exa. anuncia poupança e dinheiro em caixa, e é criticado. É caso para dizer que corre o risco de ser criticado por ter e por não ter! -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: É só para dizer que tem toda a razão, mas, vou dizer-lhe o seguinte: eu prefiro entrar nos anais por isso do que entrar nos anais por vigarices, por roubar dinheiro aos contribuintes e por fazer negócios à custa dos contribuintes e, em vez de servir a comunidade, servir-me dela. Por aí é que eu não gosto de entrar nos anais. -----

--- O **Presidente da União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, Deputado Rui Alexandre de Jesus Maximiano**, referiu: Peço desculpa por prolongar um pouco mais o debate sobre este assunto, mas eu não poderia deixar de vir aqui, uma vez que também pertença à Comissão que apreciou as contas e, apesar de não ter apanhado todas as variáveis aqui apresentadas, acho que se trata apenas de uma confusão que importa explicar. Efetivamente, no relatório do Conselho de Administração, é mencionado que as tarifas sociais significaram uma redução nos proveitos de 718 mil euros. Isso é verdade. Creio que está a ser feita uma leitura, como que seja uma variação de proveitos de um ano para o outro, ou seja, a influência que teve nas contas. Mas, o que está aqui escrito é que, no ano de 2016, em concreto, há uma redução efetiva de proveitos que que aconteceram por opção política, que não foram receitas dos SMAS, e que influenciam o resultado. Portanto, deste resultado negativo de 402 mil euros, estes 718 mil euros têm a ver com a política social seguida pelo Conselho de Administração dos SMAS. -----

--- Sobre o aumento dos custos e diminuição da receita, também não vejo motivos para invocar problemas nesta matéria. Efetivamente, a nível de encargos, há um aumento nas aquisições à EPAL por um lado, e

também com a taxa de tratamento de esgotos à Sanest que equivale a 788 mil euros a mais de encargos, a juntar ao facto da diminuição de proveitos nas tarifas sociais, e que efetivamente associado a um aumento do investimento no espaço público, obviamente que influencia os rácios de solvabilidade.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Há pouco, eu deveria ter dito que a Câmara pagava à SUMA, em termos de recolha de resíduos, aproximadamente cerca de 4 milhões. A verdade é que atualmente paga muitíssimo menos. Quem é que assimilou esse custo? Foi os SMAS! Portanto, nós, nesta altura, através do SMAS e do trabalho feito por nós, já deixámos de pagar. Ainda pagamos uma pequena parte que infelizmente, por erro, não foi possível deixar de pagar de imediato.-----

--- Solicito agora que a Dr.^a Lídia possa dar uma explicação, porque o esclarecimento é sempre importante.-----

--- A **Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro dos SMAS, Dr.^a Lídia Maria Gonçalves Dias Lopes**, referiu: Relativamente à situação dos 718 mil euros, a diferença é que, de um lado, estão 718 mil euros e, do outro, estão 659.634 mil euros. A questão é que não estamos a falar propriamente das contas. Estamos a falar da introdução do plano de atividades e da mensagem do Conselho de Administração, que refere que os tarifários sociais representaram uma redução de proveitos de 718 mil euros. Na página 6 da introdução, onde se tem a tarifa social, a tarifa Sintra solidária e a tarifa familiar, que também é uma tarifa bonificada do alargamento do número de metros cúbicos, se somarmos os dois valores dá exatamente os 718 mil euros. Pode haver aqui um lapso de linguagem ao dizer-se que são tarifários sociais. São todos tarifários bonificados e, segundo o ponto de vista da introdução da mensagem do Conselho de Administração, são tarifários sociais.-----

--- As contas estão certas, foram certificadas, foram auditadas e há um relatório de um auditor que responde perante a CMVM.-----

--- O investimento, em 2016, foi de 8.000.845,00 euros, que corresponde ao que foi pago realmente, e estamos a falar numa ótica de execução de PPI, e em 2015 foi de 5.000.298,00. Portanto, houve uma variação de 62,82% de aumento.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal**, na qualidade de Deputado Municipal, usou da palavra para referir: Venho aqui para, em nome da minha bancada, mencionar um dado que acho importante e que não foi referido: Pela primeira vez, há muitos anos a esta parte, o investimento está acima das amortizações de capital. Para mim isto é relevante porque, se os investimentos são abaixo das amortizações, quer dizer que vamos empobrecer. Este ano, as nossas contas apresentam um investimento acima da amortização de capital, o que quer dizer que a empresa está a enriquecer.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: “Apreciar e votar a proposta referente aos documentos de prestação de contas do Município de Sintra referentes ao ano de 2016, nos termos da respetiva proposta” – (Proposta nº 248-P/2017)**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 25 (PS; CDU; BE; 1 PSD)-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstenções: 18 (SCMA; PSD; CDS/PP)-----

--- Esta Proposta foi aprovada por maioria -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **Ponto 4** da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar a proposta referente aos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2016 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS), nos termos da respetiva proposta”** - (Proposta nº 250-P/2017)-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 25 (PS; CDU; BE; 1 PSD)-----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 18 (SCMA; PSD; CDS/PP)-----

--- Esta Proposta foi aprovada por maioria -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **Ponto 5** da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar a proposta referente aos documentos de prestação de contas consolidados do Município de Sintra referentes ao ano de 2016, nos termos da respetiva proposta”**- (Proposta nº 249-P/2017)-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 25 (PS; CDU; BE; 1 PSD)-----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 18 (SCMA; PSD; CDS/PP)-----

--- Esta Proposta foi aprovada por maioria -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação o **Ponto 6** da Ordem de Trabalhos: **“Tomar conhecimento dos documentos de prestação de contas, nos termos das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 25º do RJAL, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro:**

a)- **EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EEM, S.A., referentes exercício de 2016** (Proposta nº 251-P/2017);

b)- **EDUCA - EEM (sociedade em liquidação), referentes ao exercício económico de 2016** (Proposta nº 252-P/2017). -----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação o **Ponto 7** da Ordem de Trabalhos: **“Tomar conhecimento do Relatório de Auditoria nº 1396/2015 da IGF (e respetivos anexos) referente ao quinquénio de 2009-2013, nos termos da respetiva proposta”**. (Proposta nº 272-P/2017);

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação o **Ponto 8** da Ordem de Trabalhos: **“Tomar conhecimento do relatório anual das Comissões nos termos do artigo 71º do Regimento da Assembleia Municipal”** (Proposta nº 2/AMS/2017).-----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 27º, nºs 3 e 4 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª sessão extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2013, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 12**). ----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 23:40 horas.-----

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães

.../...

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**
Entrada nº: 48
Data: 17/08/2017



*Reitor e
Comissão*
DOC. N.º 1

MOÇÃO

“Abate de Árvores na Serra de Sintra”

Está o ICNF, que tutela a área protegida de Sintra-Cascais, a abater, pelo menos, 1380 árvores na Serra de Sintra e, dado que a Câmara Municipal de Sintra e a Sociedade Parques de Sintra-Monte da Lua não foram ouvidas, nem têm intervindo nesta operação de abate de árvores nesta zona de flora autóctone e classificada património mundial, a agir em moldes que merecem crítica e carecem do suporte indispensável.

Lembramos que estão em causa milhares de pinheiros bravos que se localizam junto da Estrada Nacional 9-1, entre a Malveira da Serra e a Lagoa Azul, mas também dentro da serra, abatidos pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que tutela a área protegida de Sintra-Cascais.

Está em causa um número significativo de espécies autóctones (carvalhos, sobreiros, pinheiro bravo, etc.) e, por outro lado, questões de índole ambiental, segurança florestal e sustentabilidade na Serra de Sintra, onde, segundo informações recolhidas junto do ICNF estão assinaladas cerca de 900 espécies de flora autóctone, assim como algumas espécies invasoras, tais como a acácia e a árvore-de-incenso. Lembramos ainda que uma floresta constituída por espécies autóctones está mais adaptada às condições do solo e do clima do território em causa, uma vez que essas espécies são mais resistentes a pragas, doenças, longos períodos de seca ou de chuva intensa; além disso, exercem um importante papel na regulação e melhoria do clima, bem como no sequestro de carbono da atmosfera, contribuindo para a redução do efeito de estufa e, desse modo, permitem o cumprimento dos objectivos definidos de retenção de gases com efeito de estufa (GEE), conforme previsto nos Protocolos de Quioto e Paris.

Tendo o Presidente da Câmara Municipal de Sintra formalizado ao ICNF e ao Governo a suspensão do abate em referência, espanta o desrespeito que houve por parte do ICNF para com o Município de Sintra, no que concerne ao acompanhamento e às opiniões que, do foro técnico e ambiental, devem ser consideradas na validação, ou não, dos cortes projectados, no inerente planeamento e ainda no encaminhamento a ser dado à biomassa daí resultante.

Assim:

- Considerando a urgência de auscultar em relação a este tema as entidades responsáveis pela gestão da área florestal da Serra de Sintra, assim como os responsáveis políticos e técnicos da Câmara Municipal de Sintra, dada a necessidade de acompanhamento e monitorização deste abate de árvores na Serra de Sintra, por estarem em causa um número significativo de espécies autóctones (carvalhos, sobreiros, pinheiro bravo, etc.), mas também, por fulcrais questões de índole ambiental, segurança florestal e sustentabilidade na Serra de Sintra;
- Considerando, como tem sido prática em diversos países da UE, os potenciais interesses económicos e ambientais que estão subjacentes ao abate de espécies lenhosas autóctones ou invasoras, que poderão promover a criação de uma fileira de biomassa que poderá proporcionar a redução de consumos de energia (mormente térmica) nas piscinas, pavilhões, escolas e outros edifícios públicos e privados;
- Considerando que o Governo aprovou recentemente em Conselho de Ministros, no Âmbito da sua Reforma Florestal, um diploma que prevê a possibilidade de atribuição aos municípios de potência para a produção de energia a partir de centrais de biomassa florestal residual, com preços apoiados;



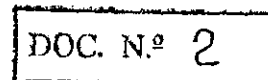
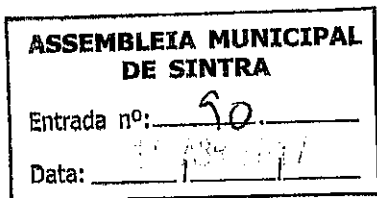
- Considerando a necessidade de o Município de Sintra cumprir o plasmado no Plano para a Sustentabilidade Energética de Sintra como autarquia subscritora do Pacto dos Autarcas.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Sintra, na sequência do aprovado por unanimidade na última reunião da Comissão Especializada de Planeamento, Gestão do Território e Ambiente, realizada a 27 de Março, delibera na sua sessão de 20 de Abril de 2017:

1. Diligenciar para receber informações actualizadas por parte do Executivo e da Direcção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território do Município de Sintra sobre este tema, onde se realça o pressuposto acompanhamento e monitorização do que está ou se pretende realizar.
2. Requerer esclarecimentos detalhados ao Presidente do ICNF, assim como solicitar, a respeito deste abate de árvores na Serra de Sintra, informação sobre qual a posição fundamentada junto do PSML - Parque de Sintra Monte da Lua, da ALAGAMARES (Associação Cultural) e da APQSS (Associação de Proprietários de Quintas na Serra de Sintra).
3. Diligenciar junto da Quercus e da Associação Zero sobre os pressupostos ambientais e vantagens económicas que poderão advir da criação de uma fileira de biomassa que "transforme" os custos de limpeza e manutenção da área florestal da Serra de Sintra, em proveitos de índole energética e ambiental para entidades/empresas públicas e privadas situadas no Concelho de Sintra, a que acresce o contributo para o cumprimento do Plano de Sustentabilidade Energético de Sintra.

Luís Fernandes

Deputado Municipal do CDS-PP



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA

Moção

Corte de árvores no Parque Natural Sintra Cascais

Foi recentemente anunciada uma intervenção no património Florestal do Parque Natural de Sintra Cascais, ao longo da estrada Nacional 9-1, dita estrada da Lagoa Azul, na estrada que liga esta via à zona dos Capuchos e à Peninhae no acesso à barragem do Rio da Mula, prevendo-se o abate de cerca 1400 árvores de várias espécies.

Parte desta intervenção irá ocorrer no Concelho de Sintra, não tendo a Câmara Municipal, a Junta da União de Freguesias de Sintra e cidadãos/ãs, sido devidamente auscultados ou informados. Além da falta de diálogo, também se verificou muita falta de informação e a apresentação de dados contraditórios, sinais claros de pouca transparência.

Os critérios apresentados pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) como base para o corte das árvores parecem pouco consistentes com a marcação das árvores no terreno. Se existem exemplares cuja necessidade de corte é evidente para garantir segurança de bens e pessoas, muitas das que estão infamemente marcadas não aparentam maleita ou ser causa de perigo, pelo que as razões do abate são pouco claras, enquanto outras, invasoras, irão ser mantidas.

Após revelação das intenções do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas de efectuar esta intervenção, várias vozes se levantaram para manifestar preocupação. Cidadãos e cidadãs de Sintra e de outras partes, associações de defesa do património e ambiente, autarcas, agentes económicos manifestaram a oposição e exigem a revisão imediata do plano.

Além da falta de diálogo, ao longo de todo este processo ficaram ainda claros as marcas de anos de desinvestimento na floresta. Como noutras situações, os danos provocados pelo desinvestimento são sempre argumento para intervenções que poderiam ser evitadas.

A pressão pública levou os responsáveis pelo ICNF a garantir que haverá um processo de rectificação pelo que nem todas as árvores marcadas serão cortadas tendo mostrado disponibilidade para aceitar sugestões nesse processo. É preciso manter essa pressão para que a questão não caia no esquecimento.

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, reunida a 20 de Abril de 2017, por propostos do Bloco de Esquerda, delibera:

- 1- Manifestar a sua preocupação com a referida intervenção, pelo risco de árvores que podem ser conservadas e consequente descaracterização do território.
- 2- Manifestar o seu desagrado com a falta de diálogo que todo este processo evidencia, não tendo cidadãos e cidadãs, associações ambientalistas e autarquias locais sido consultados ou chamados a pronunciar-se antes da decisão tomada.
- 3- Saudar os esforços e iniciativas da sociedade civil no sentido de protecção das árvores e de participação na redefinição da intervenção, para que esta seja limitada ao estritamente necessário.
- 4- Recomendar ao Executivo Municipal empenho na suspensão da intervenção e todo o apoio às iniciativas para protecção do arvoredo que estão em curso.
- 5- Exigir a imediata suspensão da intervenção. No imediato deverão apenas ser cortadas as árvores mortas e aquelas que representam perigo iminente para bens humanos e materiais. Todas as outras deverão ser poupadas e a decisão de corte sujeitas a uma análise que envolva não só o ICNF como também as autarquias e os cidadãos e cidadãs.
- 6- Enviar esta moção ao ICNF, aos Ministérios do Ambiente e da Agricultura, às Associações Alagamares, Canaferrim e de Defesa do Património de Sintra, à Quercus, LPN, Geota, Associação Zero, FAPAS, SPEA e WWF Portugal, à Assembleia e Executivo Municipal de Cascais, aos órgãos da União de Freguesias de Sintra e da Freguesia de Alcabideche (Cascais), aos partidos com assento parlamentar e à imprensa.

Sintra, 20 de Abril de 2017

Os Deputados Municipais do BE

João Silva

Helena Carmo



MOÇÃO

ABATE DE ÁRVORES NA SERRA DE SINTRA

Considerando que na Serra de Sintra, em pleno Parque Natural Sintra – Cascais, estão marcadas para abate cerca de 1380 árvores, predominantemente pinheiros bravos, dispostas na sua maioria ao longo de ambos os lados da Estrada Nacional nº 9 -1, entre a Lagoa Azul e a Pedra Amarela, numa faixa de aproximadamente 20 a 30 metros, paralela à referida estrada;

Considerando que este abate previsto não respeita os critérios ambientais e paisagísticos que se exigem ser respeitados, particularmente num espaço classificado como Paisagem Cultural da Humanidade;

Considerando o interesse público, e em particular do nosso município, na manutenção das características específicas e intrínsecas daquele território que permitiram a sua classificação e que exigem a sua preservação;

Considerando que a gestão da floresta na área em causa é da competência do ICNF, entidade esta que é a responsável pela intervenção prevista;

Considerando a necessidade de reverter a decisão do ICNF, impedindo o cometimento de um crime ambiental na Serra de Sintra;

Considerando que a Assembleia da República solicitou, por proposta do PEV, uma audição parlamentar ao Sr. Presidente do ICNF sobre esta matéria;

A Assembleia Municipal de Sintra, reunida em sessão Ordinária no dia 20 de Abril de 2017, delibera:

- Exigir ao ICNF a imediata suspensão da intervenção prevista e acima descrita
- Recomendar à Câmara Municipal de Sintra que tome as diligências necessárias à prossecução deste mesmo objectivo e ao cabal esclarecimento da situação
- Recomendar à Assembleia da República Portuguesa que tome idênticas diligências

Se for aprovada, esta moção deverá ser enviada ao ICNE, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Ambiente, à Assembleia da República e aos respectivos Grupos Parlamentares, aos órgãos de comunicação social locais e nacionais.

*O Grupo Político da CDU
Palácio Valenças - Sintra, 20 de Abril de 2017*

CDU**PCP-PEV**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA	
Entrada nº:	92
Data:	11/11/2017

Pela construção de um Hospital Público no concelho de Sintra e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde

O Hospital Fernando da Fonseca (Hospital Amadora-Sintra) iniciou actividade em Junho de 1995, na sequência de um concurso público de gestão ganho pelo Grupo José de Mello. Foi criado por decreto-lei publicado a 9 de Outubro de 1991, classificado como Hospital Distrital para colmatar as necessidades de assistência aos doentes da Área Metropolitana de Lisboa, em particular, das então 22 Freguesias dos concelhos de Amadora e Sintra.

Em Janeiro de 1996, o serviço de urgência geral começou a funcionar e em 1 de Junho desse ano nasceu no hospital o primeiro bebé, oficializando a entrada em funcionamento da urgência de obstetrícia e maternidade.

Até ao final de 1996, todos os serviços ficaram a funcionar ao serviço de uma população estimada de 350 mil habitantes. Os dados do Censos de 2011 demonstram que o Hospital Fernando da Fonseca serve, neste momento, uma população estimada de 552.971 habitantes, 175.136 residentes no concelho da Amadora e 377.835 residentes no concelho de Sintra. O que significa que se trata de um dos maiores hospitais do país em termos de população abrangida.

Este facto leva à conclusão de que o espaço físico das urgências geral, obstetrícia e pediatria está subdimensionado para uma média diária correspondente a 741 pessoas que ali procuram obter respostas às suas queixas e necessidades de saúde, segundo dados referentes aos atendimentos realizados entre Janeiro e Abril de 2016. No que concerne às consultas externas, quintuplicaram o seu número, sendo o espaço físico existente o mesmo.

Os elevados tempos de espera no serviço de urgência atingem valores dramáticos que colocam em risco a saúde e a vida dos utentes desta unidade, tendo nos períodos de inverno e durante os surtos gripais atingido as 20 horas ou mais.

Desde os primeiros anos de funcionamento do Hospital Fernando da Fonseca, a

população dos concelhos da Amadora e Sintra manifestou o seu descontentamento face à insuficiente capacidade de resposta daquela unidade, às dificuldades crescentes na obtenção de consultas externas e à realização de cirurgias.

Da consulta dos dados disponíveis para os tempos médios de Resposta para Primeiras Consultas Hospitalares com Origem nos Cuidados de Saúde Primários – Consulta a Tempo e Horas (CTH), e apurando o número de utentes a aguardar consulta a 30/04/2016, é possível calcular o tempo médio de resposta à primeira consulta hospitalar (em dias), por especialidade e prioridades. Estes Tempos Médios de Resposta Garantido são superados no Hospital Fernando da Fonseca nas Consultas de Cardiologia, Cirurgia Pediátrica, Gastrenterologia, Neurologia, Oftalmologia, Ortopedia, Pediatria e Urologia.

Em Abril de 2014, segundo dados da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, existiam no concelho da Amadora 37.227 utentes sem médico de família, ascendendo este número no concelho de Sintra aos 114.821 utentes sem médico de família.

Segundo a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, do total de inscritos na sua área de influência, cerca de 20% não tinham, em 2014, médico de família atribuído, sendo o ACES de Sintra o mais problemático, no qual os inscritos sem médico de família representavam cerca de 31% do total de inscritos. Segundo dados disponibilizados pelo ACES Sintra em Junho de 2016, estão inscritos no ACES Sintra 356.930 utentes, dos quais 93.492 são utentes sem médico de família.

A tendência demonstrada nos dados de 2014 mantém-se nos dados apurados em Janeiro de 2016. Do total de inscritos na área de influência da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, cerca de 20,1% não têm médico de família atribuído, apresentando o ACES de Sintra uma percentagem superior correspondente a 26,19%.

Segundo os dados disponibilizados pelo ACES Sintra em Junho de 2016, o concelho de Sintra dispõe de 146 médicos, estando em falta 46 médicos de família. Segundo a mesma fonte, o número de enfermeiros no activo corresponde a 228, estando em falta 32. No que concerne aos assistentes técnicos, estão colocados 132, estando em falta 77.

Regra geral, a população residente no concelho de Sintra é atendida no Hospital Fernando da Fonseca, na Amadora, não existindo em Sintra qualquer hospital. Na área materno-infantil, as populações das freguesias de Algueirão Mem-Martins, Almargem do Bispo, Pêro-Pinheiro, Montelavar, Colares, São João das Lampas, Terrugem e Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Sintra) são atendidas no Hospital José de Almeida, no concelho de Cascais. Apenas em Algueirão Mem-Martins existe um Serviço

de Urgência Básica, que funciona 24 horas por dia, integrado na Rede de Referenciação de Urgência/Emergência.

A consulta detalhada dos dados disponibilizados pela Administração Central do Sistema de Saúde IP, demonstra que o Hospital Fernando da Fonseca é aquele que mais atendimentos realiza na área de influência da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. Até Abril de 2016 foram efectuados 89.780 atendimentos, sendo a nível nacional apenas ultrapassado pelo Centro Hospitalar do Algarve EPE (112.793 atendimentos) e pelo Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra (97.257 atendimentos).

O descontentamento da população tem vindo a crescer, motivado pela incapacidade de resposta ao aumento populacional e pelo encerramento dos serviços de atendimento permanente e Centros de Saúde. Ao longo dos anos a população do concelho de Sintra foi dando corpo aos mais diversos tipos de protestos, vigílias à porta das unidades de saúde primárias, concentrações, manifestações, sendo de salientar a entrega de cerca de dez mil assinaturas no Ministério da Saúde, durante a anterior legislatura, exigindo a construção de um Hospital Público em Sintra.

A criação, em Sintra, de uma unidade hospitalar pública prestadora de cuidados de saúde diferenciados, é uma necessidade e exigência da população de Sintra, mas até hoje sem concretização. Observando a dimensão física e demográfica do concelho de Sintra, bem como a existência de zonas urbanas críticas onde se concentram diversos grupos de risco, e elevando o princípio da igualdade ao nível do planeamento do território nacional, considera-se que a pertinência da concretização da construção de um hospital público em Sintra não só se mantém como apresenta uma pertinência acrescida, para que se possa assegurar a protecção da saúde de forma efectiva e de acordo com os princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Desta forma a Assembleia Municipal de Sintra, sobre proposta da bancada da CDU, delibera, reiterar junto do Governo a necessidade e urgência de construção de um Hospital Público no concelho de Sintra, correspondente às necessidades daquele que é o segundo maior concelho do país, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros adequados à prestação de cuidados de saúde de qualidade aos utentes.

*O Grupo Político da CDU
Palácio Valenças - Sintra, 20 de Abril de 2017*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA	
Entrada nº:	95
Data:	1/1/77

CDU

DOC. N.º 5

PCP-PEV



Sobre a Transferência de Competências

A descentralização administrativa, conforme a Constituição da República Portuguesa, tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional, da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspectos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local Democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiaridade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Objectivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio - as regiões administrativas - que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições

(financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais do que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projectos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a AM de Sintra, reunida a 20-04-2017 delibera:

1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.
2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.
3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.
4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

O Grupo Político da CDU

Palácio Valenças - Sintra, 20 de Abril de 2017



PCP-PEV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA

Entrada nº: 94

Data: / /

Não à discriminação entre utentes na Área Metropolitana de Lisboa

No dia 1 de Fevereiro de 2017, coincidindo com o início da gestão da Carris pela Câmara Municipal de Lisboa, o Governo decidiu que a Carris, a CP e o Metropolitano de Lisboa passavam a oferecer um desconto de 60%, a todos os maiores de 65 anos, mas apenas dentro da Cidade de Lisboa. Decidiu igualmente o Governo isentar todas as crianças até aos 12 anos na rede Carris e Metro, neste caso deixando de fora a CP e a Rodoviária.

A primeira medida vem repor os descontos aos maiores de 65 anos, injustamente eliminados em 2011 pelo Governo PSD/CDS. Contudo, não nos parece aceitável que esse desconto seja limitado à Cidade de Lisboa, discriminando todos os utilizadores de transportes fora da cidade ou que os usam nos movimentos pendulares para Lisboa, pois a operação da Carris, CP e do Metro estende-se aos concelhos limítrofes:

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra reunida a 20-04-2017 exige:

Que o Governo acabe com as discriminações entre utentes da rede de transportes na Área Metropolitana de Lisboa (AML), designadamente instituindo para todos os descontos em vigor na cidade de Lisboa; bem como estenda os descontos às empresas que operam na AML, nomeadamente às operadoras rodoviárias, responsáveis por inúmeras ligações entre concelhos, e dentro dos próprios concelhos entre localidades e serviços públicos existentes.

O Grupo Político da CDU

Palácio Valenças - Sintra, 20 de Abril de 2017



MOÇÃO

SOBRE A LINHA FERROVIÁRIA DO OESTE

Considerando que a Linha do Oeste se assume como um meio privilegiado para o desenvolvimento económico e social da região norte do nosso município;

Considerando que se assume portanto como de grande valor estratégico para o município de Sintra a sua revitalização;

Considerando que esta revitalização depende, em primeiro lugar, de uma melhor oferta no que respeita às condições de conforto e de fiabilidade do serviço que é prestado, particularmente no que se refere ao transporte de passageiros;

Considerando que nos dois últimos anos houve um aumento da procura do serviço com captação de mais utentes no troço entre Caldas da Rainha e Coimbra;

Considerando que a retirada das automotoras “592” que serviam os comboios inter-regionais de ligação à Linha do Norte e a Coimbra representa um inegável retrocesso na qualidade da oferta de transporte público de passageiros neste troço ferroviário;

Não aceitamos que a CP, para dar resposta a compromissos assumidos noutro troço ferroviário, prejudique as populações servidas pela Linha do Oeste, pondo em causa o necessário processo de recuperação e modernização da mesma.

Assim:

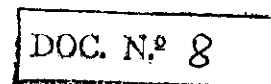
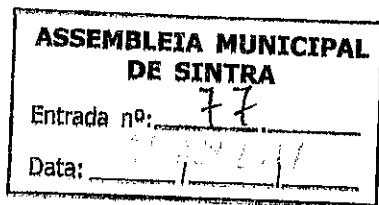
A Assembleia Municipal de Sintra, reunida em Sessão Ordinária no dia 20 de Abril de 2017, delibera:

- Condenar a decisão da CP de retirar de circulação as automotoras “592” que na Linha do Oeste serviam os comboios inter-regionais de ligação à linha do Norte e a Coimbra
- Exigir a reposição das citadas composições
- Reafirmar a necessidade de modernização e requalificação da Linha do Oeste

Se for aprovada, esta moção deverá ser enviada ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Exmo. Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, ao Exmo. Sr. Presidente da CP, aos órgãos de comunicação social locais e nacionais.

O Grupo Político da CDU

Palácio Valenças - Sintra, 20 de Abril de 2017



MOÇÃO

“Políticas Dedicadas às Pessoas com Deficiência”

Através do Grupo Parlamentar do CDS, em 24 de Março, foram agendadas vinte iniciativas legislativas sobre políticas dedicadas às pessoas com deficiência, das quais quinze foram aprovadas pela Assembleia da República.

Num tema tão importante, foi possível os Partidos entenderem-se sobre matérias que são transversais na sociedade portuguesa e que estão além das ideologias, tendo estas iniciativas legislativas resultado de um processo de auscultação das associações do sector da deficiência e de várias famílias que convivem com estes problemas diariamente e que, melhor do que ninguém, sabem qual deve ser o papel do Estado e também das Autarquias.

Trazer para a discussão pública a vida dos portugueses com deficiência, os dramas com que se debatem as suas famílias, as dificuldades que enfrentam as instituições que os apoiam, é cuidar, no plano humano, da maior e mais relevante actualidade política, que, embora não se reflectindo infelizmente nas notícias mais destacadas, devemos pugnar para estar no centro das nossas preocupações.

Uma sociedade só é devidamente justa e solidária se olhar para os cidadãos portadores de deficiência com a atenção que merecem e se procurar desenvolver políticas globais e integradas que vão ao encontro dos seus direitos, objectivando deste modo a melhoria e a qualificação das suas condições de vida.

Assim:

- Considerando a pertinência de as autarquias se aproximarem das instituições, das famílias e dos cidadãos portadores de deficiência, face à urgência das suas reivindicações;
- Considerando a importância de responder a um dos maiores desafios dos cidadãos portadores de deficiência, ou seja, a de promover a autonomia e a capacitação profissional.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Sintra delibera, na sua sessão de 20 de Abril de 2017:

1. Diligenciar junto da Câmara Municipal de Sintra para nomear um conselheiro ou conselheira, visando estruturar respostas objectivas às necessidades dos cidadãos portadores de deficiência e, por consequência, facultar-lhes orientações que promovam e facilitem o planeamento do seu futuro.
2. Diligenciar junto da Câmara Municipal de Sintra para uma maior interacção e cooperação com os Centros de Actividades Ocupacionais e ainda para incrementar uma escola mais inclusiva em Sintra, nomeadamente adoptando as recomendações do Conselho Nacional de Educação para o Ensino Especial.
3. Promover a sua divulgação pelas plataformas digitais da Câmara Municipal de Sintra.

Luís Fernandes

Deputado Municipal do CDS-PP

DEMOCRACIA E LIBERDADE

O mês de Abril de 1974 trouxe-nos no dia 25 a Liberdade. Liberdade de escolhermos o nosso destino enquanto povo. Após um período atribulado, o povo português escolheu a Democracia, o Progresso, a Modernidade.

O nosso caminho enquanto povo no pós-25 de Abril de 1974 foi sempre informado e enquadrado nestes princípios e nos valores humanistas, de solidariedade e de responsabilidade.

À medida que o caminho foi avançando, mais se concretizava a nossa Liberdade e a nossa Democracia.

Com a adesão à então CEE, Portugal afirmou-se na Europa e no Mundo, como um País aberto, recuperando a sua vocação de sempre que o tornou Nação, de quando dava Mundos ao Mundo.

E afirmou-se na Europa, sem perder a sua ligação aos novos países em que se tornaram as ex-colónias, irmanados na CPLP.

Portugal deu essas lições ao Mundo, deu testemunho que apesar das dificuldades, é possível criar laços entre os povos, é possível ser solidário e amigo. Esses testemunhos foram possíveis porque os portugueses sempre souberam fazer as suas escolhas.

Vivemos, actualmente, tempos difíceis, tempos em que as escolhas são cada vez mais determinantes.

Assistimos a derivas populistas em países de democracias sólidas, derivas perigosas em que tentam vender sonhos a preço de "pataco".

Assistimos a escaladas de guerra que geram morte, fome, miséria e fuga.

Não podemos ficar indiferentes a este cenário.

E neste nosso mês de Abril, a bancada do PSD em Sintra entende que devemos afirmar os valores do nosso Abril, devemos afirmar a nossa escolha pela Democracia, pela Liberdade, pela Solidariedade e pela Responsabilidade pondo no centro as Pessoas, pois é por elas e para elas que todo o esforço vale a pena.

Sintra, 20 de Abril de 2017

O Grupo Político Municipal do PSD



Partido Socialista
Assembleia Municipal de Sintra

DOC. N.º 10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA

Entrada n.º: 85

Data: / /

Moção

Pelo 25 de Abril de 1974

25 De Abril de 1974, pela madrugada se iniciou o dia de referência na mudança das vontades de um povo.

Pela voz de um cantor, cantando o poeta num hino de liberdade foi dado o sinal do início do movimento de capitães que visava terminar uma guerra com mais de 15 anos, guerra que limitava o futuro de Portugal e sangrava todo um povo.

Era o sinal da mudança dos tempos. Vivia-se a crença do fim dos impérios. Pela iniciativa dos homens e mulheres em armas se redescobria e afirmava o sonho e a esperança de liberdade.

Com a queda do Império, Iniciava-se o processo de descolonização menos sangrento de todos os anteriores conhecidos e afirmava-se um outro de integração também único e exemplar nunca antes vivido dessa forma em todo o mundo.

Cai o velho regime, um novo iniciava o seu percurso, titubeante, inseguro mas com fins bem determinados.

Conquistar a liberdade e devolver a todos os Portugueses e Portuguesas os princípios da 1ª República.

Afirmar os deveres do Estado perante os cidadãos e cidadãs zelando pelo seu cumprimento.

Para que estes desígnios fossem cumpridos foi criado um movimento que visava devolver a todos os Portugueses e Portuguesas o direito de decidir sobre o futuro do seu País e de si mesmos.

No momento que consideraram, os militares cumprindo o que tinham prometido entregaram aos representantes políticos o exercício do poder democrático.

Criou-se uma nova Constituição, Foi instituído o direito universal de voto a homens e mulheres colocando as mulheres no patamar de humanidade e dignidade que lhes tinha sido negado até então. Concretizaram-se as primeiras eleições livres em Portugal.

A Assembleia da República passou a ser a grande casa da democracia e o espaço central, Nacional, do debate democrático.

As autarquias locais passaram a ter uma representatividade e uma capacidade interventiva no território totalmente nova tornando-se o espaço de afirmação de cidadania e democracia junto das populações locais.

Os grandes objetivos de construção do Estado democrático começaram a ser cumpridos, tais como :

Responsabilizar o estado pela formação/educação dos jovens passando a sua formação de base de 4 anos para uma escolaridade obrigatória progressivamente mais alargada, (atualmente é de 12 anos triplicando o tempo de formação básica dos jovens).

Erradicar o trabalho infantil.

Responsabilizar o estado pelo direito universal de todos os Portugueses a um serviço nacional de saúde.

Diminuir o elevado número de mortalidade infantil, (hoje um dos mais baixos da Europa).

Reorganizar o apoio social alterando o conceito de previdência para o de segurança social, criando o serviço público de segurança social.



Partido Socialista
Assembleia Municipal de Sintra

Fomentar o associativismo, desenvolver estruturas facilitadoras da mobilidade e comunicação.

Enfim, em traços gerais, foram lançadas as bases de reconstrução de um País com 8 séculos de história que deu novos mundos ao mundo tornando-o mais igualitário, democrático, com capacidade de sobrevivência e desenvolvimento num novo quadro de entendimento geopolítico de domínio do mundo.

Reorientamos os nossos desígnios para uma integração na Europa, continente originário das nossas raízes culturais e civilizacionais.

Estas são curtas referências a questões fundamentais iniciadas nesse dia que temos o dever de relembrar afirmando a imparidade desse momento único que foi o dia 25 de abril de 1975

Como escrevia Sophia de Mello Breyner Andresen, in

“ Geografia”

Depois do 25 de Abril de 1974

“Meu canto se renova

E recomeço a busca

De um país liberto

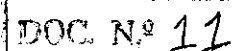
De uma vida limpa

E de um tempo justo “

Pela afirmação dos valores da liberdade e da dignidade humana que o 25 de Abril de 1974 representa, o grupo político do Partido Socialista evoca esta data maior da nossa História, desejando, igualmente, saudar todos os trabalhadores do Concelho que celebrarão no próximo dia 1 de Maio mais um dia do Trabalhador.

Sintra 18 de Abril de 2017

O Grupo Político do Partido Socialista



CĂMARA MUNICIPALĂ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2ª SESSÃO ORDINÁRIA

20.04.2017

1. a) Expediente e Informações

1. Câmara Municipal de Sintra – Ata nº 03/2017 relativa à reunião ordinária realizada em 2017.01.24.
2. Área Metropolitana de Lisboa – Deliberações do Conselho Metropolitano de Lisboa.
3. Grupo Parlamentar do PCP – Apreciações Parlamentares relativas aos Decretos-Lei sobre Carris e STCP.
4. Área Metropolitana de Lisboa – Reunião da Comissão Executiva Metropolitana.
5. União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão - Orçamento Participativo.
6. Área Metropolitana de Lisboa – Reunião da Comissão Executiva Metropolitana.
7. Câmara Municipal de Sintra – Informação à Câmara – Aquisição de serviços listados pelo SAP.
8. Câmara Municipal de Sintra – Relatório de Atividade da STARUP Sintra - 4º trimestre de 2016.
9. Câmara Municipal de Sintra – Ata nº 4 /2017 – reunião ordinária realizada em 2017.02.07.
10. Câmara Municipal de Sintra – Ata nº 5 /2017 – reunião ordinária realizada em 2017.02.21.
11. Assembleia Municipal de Lisboa - Deliberações.
12. Grupo Parlamentar do PCP – Plataformas TVDE.
13. Câmara Municipal de Sintra – Ata nº 6 /2017 – reunião ordinária realizada em 2017.03.14.
14. AMS / Plataforma Em Defesa das Árvores – Abate das árvores na Serra em Sintra.



ATRIUM E FONDING
2011-12 SURTAGE
2.11.108.21.11111

15. Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Iniciativa Legislativa - Desmaterialização de manuais e outros materiais escolares.
16. Fundação CulturSintra - Documentos de Prestação de Contas – 2016.
17. Conselho Estratégico Empresarial – Brochura da 1ª Reunião Ordinária - 30 de março 2017.
18. Área Metropolitana de Lisboa – Atas CEML.
19. Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Audição do Presidente do ICNF na Comissão Parlamentar de Ambiente sobre o Abate de Árvores no PNSC.
20. Câmara Municipal de Sintra – Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas.
21. Câmara Municipal de Sintra – Relatório de Atividades DMAPG 2016.
22. Câmara Municipal de Sintra - Despacho nº 25 – P/2017.

Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DOC. N.º 12

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia vinte do mês de abril do ano dois mil e dezassete, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 2ª Sessão Ordinária, convocada nos termos do Artigo 27º e nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 31º do Regimento. -----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2013 a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- Ponto do CDS-PP "Abate de ruínas na Serra de Sintra" - baixou à Comissão
- Ponto do BE "Conte de ruínas no Parque Natural Sintra - Cascais" - baixou à Comissão
- Ponto da CDU "Abate de ruínas na Serra de Sintra" - baixou à Comissão
- Ponto da EDU "Pela construção de um Hospital Público no Círculo de Sintra e que defenda a melhoria das condições de saúde" - baixou à Comissão
- Ponto da EDU "Sobre a Transferência de Competências" - nos seus pontos 1, 3 e 4 - Aprovada por unanimidade no seu ponto 2 - Rejeitada em os votos contra de - SCTA - PS - CDS - PSD e votos a favor do BE - CDU e 1 (um) deputado do PS.
- Ponto da CDU "Nas a disseminação entre utentes na Área Metropolitana de Lisboa" - Aprovada por unanimidade.
- Ponto da EDU "Sobre a linha ferroviária do Oeste" - aprovada por unanimidade.
- Ponto do CDS "Sobre políticas dedicadas às pessoas em deficiência" - Aprovada por maioria, em a abstenção dos SCTA.
- Ponto do PSD "Democracia e Liberdade" - aprovada por maioria, com os votos contra da EDU e abstenção do BE
- Ponto do PS "Pelo 25 de Abril de 1974" - Aprovada por maioria em os votos contra da CDU e BE

--- PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS: ---

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar: ---

--- Ata nº 02/17 referente à 2ª Sessão Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2017; ---

--- Ata nº 03/17 referente à 1ª Sessão Ordinária realizada em 20 de fevereiro de 2017; ---

--- VOTAÇÃO: ---

--- Ata nº 02/17: APROVADA por UNANIMIDADE ---

--- Ata nº 03/17: APROVADA por UNANIMIDADE ---

--- Ponto 2 da Ordem do Dia: (Proposta nº 1/AMS/2017) - "Eleição do segundo secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Sintra". ---

Proposta apresentada pelo PSD

--- VOTAÇÃO por escrutínio secreto. ---

--- Votos entrados na urna: 43 ---

--- Votos a favor: 35 ---

--- Votos contra: 2 ---

--- Votos brancos: 6 ---

--- Votos nulos: 0 ---

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA ---

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: - "Apreciar e votar a proposta referente aos documentos de prestação de contas do Município de Sintra referentes ao ano de 2016, nos termos da respetiva proposta" - (Proposta nº 248-P/2017) ---



--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço. ---

--- **VOTAÇÃO:** ---

--- Votos a favor: 25 PS+CDU+BE+IPSD

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 18 SCMA+4PSD+CDS

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta referente aos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2016 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS), nos termos da respetiva proposta" - (Proposta nº 250-P/2017)---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço. ---

--- **VOTAÇÃO:** ---

--- Votos a favor: 25 PS+CDU+BE+IPSD

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 18 SCMA+4PSD+CDS

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta referente aos documentos de prestação de contas consolidados do Município de Sintra referentes ao ano de 2016, nos termos da respetiva proposta" - (Proposta nº 249-P/2017)---

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço. ---

--- **VOTAÇÃO:** ---

--- Votos a favor: 25 PS+CDU+BE+IPSD

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 18 SCMA+1PS+CDS

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: "Tomar conhecimento dos documentos de prestação de contas, nos termos das alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 25º do RJAL, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro:



- a) **EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EEM, S.A., referentes exercício de 2016 (Proposta nº 251-P/2017);**
b) **EDUCA - EEM (sociedade em liquidação), referentes ao exercício económico de 2016 (Proposta nº 252-P/2017).**

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ---

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: **“Tomar conhecimento do Relatório de Auditoria n.º 1396/2015 da IGF (e respetivos anexos) referente ao quinquénio de 2009-2013, nos termos da respetiva proposta”** - (Proposta nº 272-P/2017) ---

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ---

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: **“Tomar conhecimento do relatório anual das Comissões nos termos do artigo 71º do Regimento da Assembleia Municipal”** - (Proposta nº 2/AMS/2017) ---

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ---

--- Sintra, 20 de abril de 2017 ---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA



Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

O 2º SECRETÁRIO

